

**Leituras do Leste II:
O Debate sobre a Natureza das Sociedades
e Estados de Tipo Soviético***
(Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas)

Luis Fernandes

Este artigo dá continuidade à resenha das principais interpretações sobre a natureza das sociedades e dos Estados que compunham o antigo “campo socialista” no Leste, iniciada no *BIB*, n.º 38. Na primeira parte, examinei as perspectivas teóricas predominantes nos meios acadêmicos ocidentais; nesta, analiso as principais interpretações geradas no âmbito da tradição do pensamento marxista. Dada a natureza simultaneamente interpretativa e transformadora desse pensamento, isso implica passar em revista todas as principais manifestações do marxismo no século XX, pois nenhuma pôde deixar de se posicionar teórica e politicamente diante de Estados que anunciavam estar materializando historicamente o seu ideal socialista.

Como observei no artigo anterior, a *soviologia* surgiu no Ocidente do pós-guerra na seqüência de um processo de institucionalização das Ciências Sociais que resultou no retalhamento do conhecimento em campos altamente segmentados, compartimentalizados e estanques. Por isto, a primeira parte da resenha foi estruturada sobre a dimensão analítica particular privilegiada pelas diferentes abordagens ocidentais (a política, a economia, a cultura e, ao final, alguns esforços de síntese). O marxismo clássico opôs a esse retalhamento metodológico uma abordagem holística da realidade social, identificando na

evolução das formas de produção a chave para desvendar o desenvolvimento de totalidades sociais complexas e contraditórias. Nas palavras do próprio Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral” (Marx, 1976, p. 301).

Coerente com este enfoque, o debate marxista sobre a natureza das sociedades de tipo soviético foi polarizado por conceituações alternativas do “modo de produção” que predominava no seu interior. Por isto, a segunda parte da resenha estrutura-se em torno dos conceitos totalizantes rivais formulados para caracterizar os Estados do Leste no âmbito do pensamento marxista. Por motivos de espaço, esta parte foi subdividida em duas. Neste artigo, examino as interpretações marxistas sobre os Estados de tipo soviético que afirmaram a sua natureza socialista; as leituras que os caracterizaram como sociedades estagnadas na transição para o socialismo, em função de um processo de degeneração ou deformação burocrática; e as abordagens que destacaram a emergência de um novo modo de produção, nem capitalista, nem socialista, com uma nova dominação de classe estruturada sobre a burocracia. Em número futuro do *BIB* retomarei este exame analisando as teses que indicavam a prevalência do capitalismo de Estado e/ou buro-

* Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão de bolsa que viabilizou a pesquisa para a elaboração deste artigo na London School of Economics (LSE).

crático nos antigos regimes do Leste, bem como a convergência de diferentes leituras para o uso indiscriminado e difuso do conceito de *stalinismo* nos anos 70 e 80. Ao final, a validade, tanto das leituras ocidentais (resenhadas no artigo anterior) quanto das interpretações marxistas (resenhadas neste e no próximo), será confrontada com os desenvolvimentos que culminaram no colapso do “bloco soviético” e da URSS na profunda crise geral que se lhe seguiu.

Repito, aqui, as mesmas palavras de alerta da primeira parte da resenha. Limitações de tempo e espaço forçam a uma simplificação na exposição das diferentes interpretações, que acaba sacrificando a riqueza e complexidade das teses examinadas. A resenha busca apresentar, tão-somente, uma visão panorâmica e crítica das principais leituras existentes, além de indicações bibliográficas para quem queira se aprofundar no seu exame.

Leituras Centradas no Conceito de Socialismo

A Revolução Soviética de 1917 marca a primeira experiência histórica de tomada do poder por um partido de filiação marxista, orientado para a construção de uma nova sociedade socialista em oposição ao capitalismo predominante no mundo. Esta parte da resenha se inicia, portanto, com uma discussão tópica e resumida da proposta socialista do marxismo clássico.

A Teorização do Socialismo no Marxismo Clássico

Marx e Engels nunca elaboraram um “anteprojeto” integrado sobre como deveria ser estruturada uma sociedade socialista. Sempre foram bastante críticos em relação à insistência dos socialistas utópicos (sobretudo Saint Simon, Fourier e Owen) em elaborar intrincados e detalhados modelos de “sociedades perfeitas” (Engels, 1977). Em oposição a estes, eles concebiam o socialismo como movimento para a superação das contradições fundamentais do capitalismo. Por isso, seu esforço teórico fundamental se voltou, precisamente, para identificar essas con-

tradições fundamentais e o seu desenrolar. O resultado foi uma produção crítica muito vasta e sistematizada sobre o desenvolvimento do capitalismo, mas com indicações apenas esparsas e tópicas (e nem sempre coerentes entre si) sobre a sociedade socialista que deveria lhe suceder.

Algumas das indicações mais importantes encontram-se nas páginas do célebre *Manifesto Comunista*. O projeto socialista do marxismo clássico é resumido, ali, como a “abolição da propriedade privada” (Marx e Engels, 1976: p. 32). A partir da constituição do proletariado (os trabalhadores) como classe dominante, o desafio central do socialismo seria o de destruir “as antigas relações [capitalistas] de produção” e, juntamente com elas, “as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral” (*idem*, p. 38). Isso seria realizado, a princípio, “por uma violação despótica do direito à propriedade e das relações de produção burguesas”, nos marcos da qual o proletariado “usaria a sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado” (*idem*, p. 37). Essas transformações resultariam em “uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (*Idem*, p. 38).

O Estado, nas indicações acima, é definido como “o proletariado organizado como classe dominante” (*idem*, p. 37). Determinar exatamente o que isto quer dizer (e como pode e/ou deve ser materializado institucionalmente) é um desafio teórico mais sério e difícil do que pode parecer à primeira vista. Nem Marx, nem Engels chegaram a se debruçar mais detidamente sobre essa questão. As indicações mais concretas a esse respeito constam de generalizações extraídas da experiência da Comuna de Paris (Marx, 1977a). Mas trata-se de indicações a partir de uma experiência efêmera (durou pouco mais de dois meses) que ficou confinada a uma única cidade (Paris). As análises de Marx e Engels, aqui, são interessantes enquanto indicação de rumos gerais para a formação de um Es-

tado socialista alternativo, apontando para a necessidade de se generalizar, neste, formas de democracia direta e participativa. Mas não chegam a abordar os desafios e dilemas que a consolidação de um novo poder revolucionário, com base na classe operária, teria necessariamente de enfrentar (como enfrentou) para se constituir e consolidar em países com dimensões mais amplas, populações mais numerosas e sociedades mais complexas.

À luz dessa deficiência, Norberto Bobbio concluiu pela *inexistência* de uma ciência política (e de uma doutrina do Estado) marxista — uma limitação, para ele, inaceitável, já que a burguesia não esperou a revolução para começar a discutir as grandes linhas do novo Estado, da separação entre os poderes à relação entre executivo e legislativo, das liberdades civis às políticas etc. (Bobbio, 1987, p. 24). A comparação não é inteiramente cabível, já que, no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo na Europa, a burguesia se constituiu em classe economicamente dominante (e parceira subordinada do poder absolutista) muito antes de disputar a hegemonia política da sociedade — algo que não ocorre com os trabalhadores no capitalismo. De qualquer maneira, vale a indicação de que a ausência, no âmbito da teoria marxista, de um exame mais profundo dos dilemas e impasses da configuração do Estado socialista acabou sendo fatal para o desenvolvimento das próprias experiências socialistas no século XX.

Um outro texto marxiano fundamental para precisar a compreensão do socialismo é o *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx, 1977b). Nele, Marx argumenta ser impossível, após o triunfo de uma revolução proletária, passar à imediata supressão de todas as diferenças de classe na sociedade. Isto porque não se trata de “uma sociedade comunista que *se desenvolveu* sobre sua própria base, mas de uma que acaba de *sair* precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda, em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede” (*idem*, p. 231). Em função disto,

Marx aponta para a necessidade de diferenciar duas fases distintas na construção da nova sociedade sem classes: uma primeira, em que, apesar de já ter abolido a propriedade privada, a sociedade se defronta ainda com a prevalência de valores burgueses e pré-burgueses, além de diferenças sociais herdadas da divisão de classes anterior, como os contrastes entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e entre o campo e as cidades (a literatura marxista, neste século, convencionou chamar a esta primeira fase de *socialismo*); e uma segunda, em que essas diferenças de classe e as desigualdades sociais e políticas que delas emanam são superadas, permitindo a consolidação de uma nova moral comunitária e o próprio definimento do poder de Estado (o comunismo propriamente dito).

Gostaria de destacar alguns pontos nesta compreensão do socialismo desenvolvida por Marx:

1. O socialismo é concebido, aqui, não como “modo de produção” próprio, mas como uma primeira etapa histórica de transição para uma sociedade sem classes (o comunismo).
2. No decorrer desta fase, embora o socialismo se proponha a eliminar a “exploração” de trabalho excedente, ainda predominam na sociedade relações humanas marcadas pela “alienação”. O trabalho, assim, ainda não é concebido pela maioria como sua “primeira necessidade vital” (domínio da realização da sua própria humanidade) e sim como mero “meio de vida” (forma de maximizar o acesso aos fundos de consumo). Por isto, as normas de distribuição no socialismo são reguladas pelo *direito burguês*: a noção de que cada um tem o direito a receber da sociedade o equivalente ao que ele fornece de trabalho (baseada no princípio do intercâmbio de mercadorias equivalentes). Se não fosse assim, a ética do trabalho se decomporia e a sociedade socialista não seria capaz de garantir a sua própria repro-

dução, quanto mais a passagem a uma fase superior.

3. Só na fase superior da construção da sociedade sem classes (o comunismo) seria possível superar os horizontes do *direito burguês* e adotar normas distributivas baseadas principalmente nas necessidades humanas. Mas isto requer, igualmente, a passagem de uma situação geral de escassez material para outra de abundância. Por isto, é decisivo criar, no próprio socialismo, mecanismos econômicos capazes de gerar a contínua elevação da produtividade social, sem o que é impossível a transição para relações sociais mais *humanizadas*.

A distinção, feita por Marx, dessas duas fases do processo histórico de superação do capitalismo pode ser criticada por diversos ângulos.¹ Aprofundar a discussão sobre essa questão, no entanto, foge ao escopo do presente trabalho. O que nos interessa, aqui, é examinar como a concepção de socialismo desenvolvida pelo marxismo clássico foi incorporada pelos dirigentes do jovem poder soviético ao enfrentar os desafios da sua revolução.

Lênin e as Perspectivas do Socialismo na URSS

O fato é que as condições históricas da Rússia no período da revolução diferiam enormemente das previsões originais de Marx e Engels. Estes, ao analisarem as contradições fundamentais do desenvolvimento capitalista, indicavam que as primeiras rupturas revolucionárias com esse sistema tenderiam a surgir nos países onde ele estivesse mais desenvolvido, porque a contradição entre a “burguesia” e o “proletariado”, ali, estaria mais aguçada. Baseados nisto, depositavam grandes esperanças na evolução dos processos revolucionários na Inglaterra, França e Alemanha (sobretudo nesta, ao final do século passado). Justamente por se tratar dos países mais desenvolvidos do sistema, em pouco tempo o processo revolucionário tenderia a se espalhar pelo resto do

mundo, culminando na substituição relativamente rápida do sistema capitalista mundial por um sistema socialista mundial.

As condições históricas do início do século, no entanto, permitiram o triunfo revolucionário na Rússia — um país que mantinha um acentuado atraso econômico, cultural e político em relação às principais potências capitalistas da época. Como se posicionar politicamente diante deste quadro? O debate em torno dessa questão provocou profundas fissuras no movimento marxista russo e internacional. A opinião dominante dos partidos agrupados na II Internacional e entre os grupos *mencheviques* na Rússia era de que o país precisava passar por um período relativamente longo de desenvolvimento capitalista e consolidação democrática antes de poder colocar na ordem do dia a transformação socialista. Já os *bolcheviques* chegaram a uma compreensão distinta do problema, sobretudo a partir da elaboração das célebres “Teses de Abril” de Lênin, em 1917 (Lênin, 1978a e 1978b).

Ao tomar o poder, em outubro de 1917, os *bolcheviques* concebiam a sua revolução como uma “ponte” para o triunfo de revoluções mais ou menos imediatas nos países capitalistas mais adiantados. Esperava-se, em particular, que a crise social provocada pela Primeira Guerra desembocasse numa onda de crises revolucionárias na Europa. Havia grandes expectativas, particularmente, em um desfecho favorável da crise revolucionária na Alemanha. O auxílio estatal de nações socialistas mais desenvolvidas poderia, então, compensar o atraso da Rússia e garantir sua transição ao socialismo. Desta forma, combinava-se o aproveitamento da situação revolucionária russa com uma estratégia que preservava as expectativas do marxismo clássico em relação ao rápido desenvolvimento do sistema socialista no mundo.

O problema é que a onda revolucionária que se espalhou pela Europa no pós-guerra foi *derrotada*. No início dos anos 20, o poder soviético se deparava, assim, com uma situação inusitada e inesperada. Seria possível proceder à construção do socialismo em

uma URSS isolada como experiência revolucionária única no sistema internacional e sem o apoio de Estados socialistas mais adiantados? Como se sabe, o debate em torno destas questões voltou a produzir profundas fissuras no movimento marxista (agora, comunista) russo e mundial. Trotsky e outros dirigentes *bolcheviques* continuaram insistindo na impossibilidade da construção isolada do socialismo na União Soviética. A maioria do Partido, no entanto, entendeu que as particularidades das condições russas (seu tamanho, a dimensão das suas riquezas naturais, a existência de indústrias altamente concentradas e desenvolvidas nas cidades etc.) permitiam a construção do socialismo na URSS, sem o apoio de outros Estados, desde que fosse consolidada — por meio do poder soviético — a aliança entre os trabalhadores das cidades e a grande massa de camponeses no campo. Esta posição foi defendida pelo próprio Lênin no período final da sua vida (Lênin, 1979a, pp. 657-8; 1979b, p. 665).²

No fundo desta compreensão de Lênin estava uma reflexão sobre a composição da sociedade soviética no período pós-revolucionário, que viria a servir de base teórica (nem sempre reconhecida) para a posterior caracterização da URSS como socialista. Em maio de 1918 (seis meses após a tomada do poder), numa crítica às posições dos “comunistas de esquerda”, então encabeçados por Bukharin, Lênin caracterizou a Rússia como uma sociedade “em transição” na qual conviviam cinco tipos diferentes de estruturas econômico-sociais: 1) a economia camponesa natural, descolada do mercado; 2) a pequena produção mercantil; 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; e 5) o socialismo (Lênin, 1978c, pp. 599-600). Cada uma destas era caracterizada pela prevalência de determinada forma de propriedade e determinadas relações de produção. Deste ponto de vista, a denominação de “República Socialista Soviética”, conferida à Rússia na época, não significava que ela já se assentasse sobre uma nova ordem econômica efetivamente socialista, e sim que o poder soviético

dominante estava determinado a realizar a transição para o socialismo (*idem*, p. 599).

O que predominava na Rússia de então, segundo Lênin, era justamente a dispersão da pequena produção. Contra esta, ele defendia, inclusive, o fortalecimento inicial do “capitalismo de Estado”, para criar as condições para uma socialização efetiva da sociedade russa em seguida.³ A implementação desta política acabou sendo atropelada pelo desencadeamento da Guerra Civil e o recurso forçado às medidas do “Comunismo de Guerra”. Ela foi retomada, no entanto, em 1921, por Lênin, ao fundamentar a necessidade da Nova Política Econômica (NEP) diante do impacto combinado da destruição causada pela Guerra Civil e do isolamento internacional ocasionado pelo fracasso dos levantes revolucionários na Europa (Lênin, 1979c).

Foi baseada nessa concepção que a direção do PCUS e do Estado soviético anunciou haver completado a construção da base econômica do socialismo na URSS em meados de 1930, após os massivos processos de industrialização e coletivização implementados no primeiro plano quinquenal. Stalin, no seu informe ao XVII Congresso do Partido em 1934, fundamentou essa conclusão a partir de uma referência explícita à formulação de Lênin: “a primeira, a terceira e a quarta estruturas econômico-sociais já não existem, a segunda foi deslocada a posições de segunda ordem, e a quinta, a socialista, é a única força que rege toda a economia nacional” (Stalin, 1977a). O socialismo, assim, deixava de ser uma “perspectiva” de Estado para se tornar a caracterização oficial do “modo de produção” efetivamente dominante na sociedade soviética, segundo os seus próprios dirigentes e os partidos marxistas a eles associados na III Internacional.

Com a expropriação completa das últimas “classes exploradoras”, segundo o discurso oficial do PCUS, teriam deixado de existir “classes antagônicas” na URSS. Sua sociedade passava a ser constituída por uma estrutura social mais “simplificada”, baseada em duas classes e um estrato social — o pro-

letariado, o campesinato kolkhoziano (das fazendas coletivas) e a intelectualidade — que “vivem e trabalham sobre a base de princípios de colaboração fraternal” (Stalin, 1977b). Como o Estado soviético era concebido como expressão política desta mesma composição social, toda oposição ou dissidência interna passou a ser identificada com a ação de “espiões” ou “conspiradores” a serviço de interesses imperialistas externos. Este procedimento atingiu o seu ápice nos processos que acompanharam os violentos expurgos do Partido e do Estado na segunda metade dos anos 30.

Otto Bauer e os Mencheviques de Esquerda

A caracterização da URSS como socialista na década de 30, no entanto, não ficou confinada apenas aos marxistas do movimento comunista. Ela foi adotada, também, por diversos dirigentes marxistas do próprio movimento social-democrata (em geral, da ala esquerda deste). Destaca-se, aqui, a posição assumida pelo principal dirigente do *austro-marxismo*, Otto Bauer (Salvadori, 1986). Numa obra de 1936 intitulada *Entre Duas Guerras Mundiais?*, ele confessou-se bastante impressionado com as realizações econômicas e sociais dos primeiros planos quinquenais na União Soviética. Na sua opinião, o caráter de “ditadura burocrático-militar” adquirido pelo poder soviético era decorrência das condições de brutal atraso que ela teve de enfrentar para construir o socialismo. Tratar-se-ia, assim, de uma espécie de “caminho oriental” para o socialismo, inadequado para os países capitalistas avançados, mas necessário nas condições russas. As próprias transformações econômico-sociais empreendidas, não obstante, estariam tornando esse poder ditatorial um freio para o posterior progresso do socialismo na URSS: “o processo de transformação da sociedade capitalista em socialista, que está se dando na União Soviética, só estará terminado quando a ditadura, que foi necessária colocar e manter em movimento neste processo, for desmantelada e substituída por uma democracia

socialista” (Bauer *apud* Marramao, 1990, p. 175). Bauer interpretou a adoção da nova Constituição da URSS, em 1936, como um passo importante nessa direção — e manteve essa avaliação mesmo após o recrudescimento dos expurgos e da repressão até 1938.

As posições de Bauer tiveram forte repercussão entre as diversas correntes do *menchevismo* russo no exílio (Liebich, 1986). Como foi referido antes, os *mencheviques* consideravam a tomada do poder, em outubro de 1917, uma trágica aventura, já que a construção do socialismo na Rússia era impossível em função do seu atraso. A adoção da Nova Política Econômica (NEP) nos anos 20 foi vista como uma confirmação disto — não restaria ao poder soviético outra alternativa senão dar curso às tarefas de uma revolução burguesa e camponesa, permitindo o pleno desenvolvimento do capitalismo para preparar o terreno para o socialismo no futuro. No entanto, a “Grande Virada” de 1928, com o lançamento do primeiro plano quinquenal, claramente não se encaixava nessa perspectiva.

Procurando preservar a coerência do seu raciocínio, alguns setores *mencheviques* argumentaram que essa virada implicava a implantação de uma forma de capitalismo de Estado na União Soviética (voltaremos a abordar isto na seção sobre o capitalismo de Estado e/ou burocrático, no próximo artigo). Contra esta caracterização se levantaram expoentes dos grupos mais à esquerda entre os exilados *mencheviques*. Influenciada pelas posições de Bauer, Olga Domanevskaia publicou, em 1934, um importante e denso artigo contra a tese da prevalência do capitalismo de Estado, indicando que, ao liquidar a grande e média burguesia, a URSS havia ingressado, de fato, em uma “fase inicial do socialismo”, na qual ainda persistiam, no entanto, inúmeros aspectos negativos, sobretudo na esfera política (*idem*, pp. 361-2). Num dos seus últimos escritos, publicado em 1946, Theodore Dan, presidente do Partido Menchevique no exílio de 1923 a 1940, também concluiu que, apesar das suas deformações antidemocráticas, o bolchevismo era “fi-

lho legítimo da social democracia russa” e havia se transformado em um “poderoso fator na realização prática da idéia socialista” (Dan, 1946).

As transformações empreendidas na URSS nos anos 30 tiveram forte repercussão também sobre correntes socialistas situadas fora do âmbito estrito da teoria marxista. É o caso dos socialistas *fabianos*, na Inglaterra. Cabe ressaltar, aqui, o livro de Sidney e Beatrice Webb, *Soviet Communism: A New Civilization*, publicado em 1935, após uma viagem de ambos à URSS. Como o título da obra já indica, eles avaliavam estar nascendo, na União Soviética da época, uma nova civilização *socialista* superior à do capitalismo (Webb e Webb, 1935).

As Posições do Movimento Comunista no Pós-Guerra

Ao final dos anos 40, as mesmas políticas de industrialização acelerada e coletivização da agricultura que haviam sido implementadas pelos soviéticos nos anos 30 foram reproduzidas nos países aliados à URSS na Europa Central e do Leste.⁴ Com isto, a mesma caracterização *socialista*, antes aplicada unicamente à União Soviética, foi estendida a esses estados. Estes passaram a se identificar como integrantes de um novo *sistema socialista mundial* que emergia no mundo, rompendo com o isolamento anterior da experiência socialista soviética.⁵ No âmbito do movimento comunista, esta caracterização implicou, igualmente, a extensão para essas sociedades da mesma visão excessivamente simplista, generalizada e indiferenciada das suas respectivas estruturas sociais. A superioridade *democrática* desses Estados em relação aos países capitalistas também foi (re)afirmada por definição, em função da sua natureza socialista.

Mesmo quando as práticas políticas do período anterior começaram a ser oficialmente criticadas no movimento comunista, a partir década de 50, a caracterização *socialista* da URSS e dos Estados que adotaram o seu modelo não foi colocada em questão. No seu famoso relatório secreto ao XX Congresso do

PCUS, Krushev teceu duras críticas às deformações e à repressão do período do “Culto à Personalidade” de Stalin, mas fez questão de reafirmar a validade da “grande obra de industrialização socialista do país, da coletivização da agricultura e da revolução cultural” empreendida a partir de 1928 (Krushev, 1970, p. 87). O dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, por sua vez, ao mesmo tempo em que criticava as limitações da análise de Krushev (por este não identificar as bases sociais dos fenômenos que denunciava), insistia, na sua famosa entrevista de 1956, que, a despeito dos aspectos negativos da obra de Stalin, “a substância do regime socialista não foi perdida” (Togliatti, 1981, p. 57).

A crítica eurocomunista à URSS e aos Estados de tipo soviético na década 70 tampouco negou o seu caráter socialista. O ex-dirigente do PC espanhol, Santiago Carrillo, optou por uma formulação mais próxima à que fora defendida anteriormente por Otto Bauer, indicando que o Estado soviético havia assumido formas extremamente burocratizadas em função da necessidade de promover a “acumulação primitiva” para assegurar a industrialização socialista do país. Assim, apesar de haver criado as condições materiais para passar a um socialismo evoluído; o Estado soviético expressaria uma “fase intermediária entre o Estado capitalista e o Estado socialista autêntico, como o foram as monarquias centralistas entre a sociedade feudal e as democracias parlamentares capitalistas modernas” (Carrillo, 1978, p. 151). As estruturas desse Estado, segundo Carrillo, já teriam se tornado um obstáculo à passagem para o socialismo desenvolvido. Uma abordagem análoga a esta foi desenvolvida, na época, pelo historiador comunista dissidente Roy Medvedev na própria União Soviética (Medvedev, 1971, 1974 e 1979).

Após a cisão entre o PC Soviético e o PC Chinês nos anos 60, as organizações comunistas que se alinharam com o último passaram a defender a tese de que o socialismo nos países do “bloco soviético” havia se degenerado e transformado em capitalismo de Estado (examinaremos esta análise no

próximo artigo). Nesse mesmo período, os dirigentes soviéticos introduziram duas inovações na sua caracterização *socialista* da URSS. A primeira, adotada no novo programa do PCUS aprovado no seu XXII Congresso em 1961 (o mesmo que anunciou que a União Soviética “alcançaria e superaria” economicamente os Estados Unidos em dez anos...), foi o abandono da identificação do seu Estado com o conceito marxista clássico da “ditadura do proletariado”, em favor da sua caracterização como um “Estado de Todo o Povo” (PCUS, 1971). A segunda, desenvolvida nos XXIV e XXV Congressos do Partido (em 1971 e 1976), indicou que a URSS havia ingressado numa nova fase — o “socialismo desenvolvido” — marcada pelo elevado nível de maturidade de todas as relações sociais, por uma poderosa base técnica e material, e por uma estrutura social marcada pela ausência de antagonismos entre classes e nações e por seu alto grau de unidade e homogeneidade (Chevstov, 1981; Petchenev, 1985). Ambas as inovações foram incorporadas à nova Constituição adotada no país em 1977 (Unger, 1981). Ao mesmo tempo, a inquietação com algumas flagrantes contradições entre a realidade deste “socialismo desenvolvido” e o projeto socialista originalmente formulado por Marx e Engels levou os dirigentes soviéticos a formular o termo “socialismo real” ou “socialmente existente”, para diferenciar a materialização histórica/empírico-concreta do socialismo na URSS da sua concepção teórico-abstrata pelo marxismo clássico (Petchenev, 1985, p. 126).⁶

As duas inovações referidas acima não alteraram a compreensão teórica subjacente à caracterização socialista dos Estados de tipo soviético, originada nas reflexões de Lênin sobre as estruturas econômico-sociais no período de transição: a identificação do socialismo com o estabelecimento da propriedade social sobre os instrumentos e meios de produção fundamentais (e conseqüente supressão das fontes materiais da exploração na sociedade). Como vimos, no âmbito das análises oficiais desenvolvidas pelo movimento comunista, a incorporação mecânica e

apriorística desta compreensão — por mais fecunda que ela fosse nos seus termos originais — acabou servindo de base para o abandono de qualquer exame mais objetivo, multilateral e profundo das complexas estruturas sociais que emergiram nessas sociedades a partir dos seus processos de industrialização. Impôs-se o dogma da crescente e inexorável homogeneização social e política, baseada no progresso técnico.

*Reflexões sobre o Socialismo de Estado:
Lavigne, Lane e Naville*

Mesmo fora do âmbito específico do movimento comunista, diversos autores insistiram na caracterização *socialista* da URSS com base na identificação do socialismo com a eliminação da propriedade privada. Alguns economistas na França desenvolveram esta compreensão nas décadas de 70 e 80, a partir de uma incorporação do instrumental analítico do marxismo muito próxima do “economicismo” das análises oficiais soviéticas (Lavigne, 1979; Lavigne e Andreff, 1985a; 1985b). No mesmo período, sociólogos “neomarxistas” na Inglaterra (alguns dos quais procuravam combinar os referenciais teóricos do marxismo e do estrutural-funcionalismo) resgataram um conceito formulado por autores iugoslavos nos anos 50 e caracterizaram os países do “bloco soviético” como sociedades de “socialismo de Estado” (Lane, 1978a, 1978b, 1981, 1985 e 1992; Davis e Scase, 1985).

Lane (1981, pp. 91-5) diferencia o socialismo como *modo de produção* (definido em função das relações de propriedade predominantes) do “socialismo de Estado” como *formação social* (definida como uma materialização histórica “estatista” — isto é, ditatorial, hipercentralista — do socialismo, determinada pelas condições de atraso econômico, político e cultural em que ele foi construído). Os ecos de Bauer e Carrillo nesta formulação são evidentes. Na mesma linha, Davis e Scase (1985, pp. 87-8) argumentam que as sociedades de “socialismo de Estado” seriam marcadas por quatro características primárias comuns:

1) os meios de produção fundamentais pertencem ao Estado e são controlados por este; 2) existe um aparelho burocrático altamente desenvolvido, que implementa planos econômicos e sociais determinados pelo partido no poder; 3) a dominação política é exercida por meio de um partido único hierarquicamente organizado, que controla a burocracia, a polícia e as Forças Armadas; e 4) a ideologia legitimadora do sistema é socialista.

Segundo os autores, o qualificativo “de Estado” anexado ao termo socialismo indica tratar-se de um caminho de desenvolvimento alternativo às “formas puras” tanto do capitalismo quanto do socialismo (*idem*, p. 97).

Embora sirva de corretivo às interpretações reducionistas que predominaram nas análises oficiais do movimento comunista, esta formulação do conceito de “socialismo de Estado” é altamente problemática e contenciosa quando referida à concepção socialista do marxismo clássico discutida na abertura desta seção. Primeiro, porque Marx e Engels identificavam o socialismo (a primeira fase da sociedade comunista) como um período de *transição* “impuro” por natureza, já que combina elementos da nova sociedade nascente (como a propriedade comum dos principais meios de produção) com pesadas heranças da sociedade anterior (como as diferenças de classe e o “direito burguês”). Depois, porque, segundo as formulações do marxismo clássico, o estabelecimento da propriedade *estatal* sobre os meios de produção fundamentais é necessariamente o ponto de partida para o desenvolvimento *socialista* das sociedades modernas. Por fim, cabe questionar o determinismo técnico-econômico (comum a toda a linhagem desta argumentação, desde Bauer) na explicação das “deformações” burocráticas e antidemocráticas do “socialismo de Estado”: se estas foram determinadas pelo atraso, por que não foram superadas após a industrialização? Será que essa evolução não reflete uma determinada resposta a contradições e impasses estruturais do próprio projeto socialista, em vez de mera persistência atávica?

Uma abordagem teoricamente mais sofisticada da problemática do “socialismo de Estado” foi desenvolvida na volumosa obra *O Novo Leviatã* do diretor honorário de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) na França, Pierre Naville (1967-1974). Naville foi membro ativo do movimento surrealista nos anos 20 e, posteriormente, destacado dirigente do movimento trotskista, do qual se afastou no início da Segunda Guerra. Sua análise sobre as sociedades do Leste foi fortemente influenciada pelas interpretações de Trotsky (que acompanharemos na seção seguinte). Diferentemente deste, no entanto, ele afirmou existir nos Estados de tipo soviético uma forma específica de socialismo que ele batizou de “sistema socialista de exploração mútua”. O surgimento deste sistema teria se dado no contexto das condições de atraso enfrentadas pela revolução Russa, adquirindo, em seguida, uma lógica de reprodução própria. Esta se assentaria na combinação da propriedade estatal dos meios de produção com uma distribuição desigual dos seus frutos mediante a relação assalariada (o *salariato*). Sobre esta base emergiria uma poderosa burocracia de Estado — ela mesma assalariada — que controla a distribuição do produto social. O poder desta burocracia é discutido por Naville em termos essencialmente weberianos, o que o aproxima das abordagens que identificaram a emergência de um “nova dominação de classe” nos países do Leste, estruturada a partir da burocracia (examinaremos estas mais adiante).

Uma vez mais a crítica ao *salariato*, central para a argumentação de Naville, esbarra em algumas das características fundamentais da concepção de socialismo formulada originalmente por Marx e Engels. Estes indicavam ser necessário adotar princípios distributivos baseados no “direito burguês” por um longo período histórico, até que as múltiplas heranças econômicas, sociais, culturais e políticas do capitalismo fossem superadas na transição do socialismo para o comunismo. Isto implica a persistência de *formas* salariais para regular o acesso individual aos fundos

de consumo em função do trabalho “fornecido” à sociedade por seus membros. Para Naville, a dominação burocrática interfere nesta regulação, impondo, em proveito próprio, desigualdades crescentes na distribuição do produto social. Segundo ele, numa formulação com fortes ecos de Trotsky, a solução seria uma revolução política “de baixo”, que varresse de vez o sistema do *salariato* e o mercado. Mas isto, na ótica marxiana clássica, só resultaria na reposição do mesmo problema de novo — já que as condições históricas que determinam a persistência do “direito burguês” e das *formas* salariais continuariam presentes na sociedade.

Predomina, assim, na análise de Naville uma concepção voluntarista e idealista do próprio socialismo, que ignora (ou subestima) os complexos e múltiplos problemas e contradições que marcam a transição socialista. Limitações análogas podem ser encontradas no raciocínio de autores que procuraram desenvolver uma caracterização marxista alternativa dos Estados de tipo soviético, concebendo-os como sociedades estagnadas na transição ao socialismo. É o que veremos a seguir.

Leituras Centradas na Degeneração e/ou Deformação Burocrática da Transição ao Socialismo

A principal referência desta linha interpretativa é, evidentemente, a caracterização da URSS como um “Estado operário degenerado” elaborada por Trotsky. Início esta seção, no entanto, com uma exposição resumida das célebres opiniões críticas de Rosa Luxemburgo sobre a Revolução Soviética (Luxemburgo, 1972a). Cabe, aqui, uma nota de cautela. As observações desta dirigente marxista sobre a evolução do poder soviético na Rússia foram elaboradas na prisão, em 1918, a partir de relatos orais de visitantes e recortes de jornais russos e alemães contrabandeados para sua cela (Wolfe, 1972). O texto nunca chegou a ficar pronto para publicação. Rosa Luxemburgo foi libertada da prisão em novembro de 1918 e tragicamente assassinada dois meses depois, enquanto o

jovem poder soviético ainda travava uma desesperada luta pela sobrevivência na Guerra Civil. Não é inteiramente claro em que direção as suas reflexões sobre a Revolução Russa evoluíram caso tivesse sobrevivido. Mas dada a coincidência de pontos fundamentais da sua análise com elementos cruciais da interpretação desenvolvida por Trotsky, optei por inserir as suas reflexões na abertura da presente seção.

Rosa Luxemburgo

O ponto de partida da análise de Rosa Luxemburgo é a sua defesa da ação dos *bolcheviques* em 1917, precisamente por ousar colocar na ordem do dia a efetivação da “revolução social” e da “ditadura do proletariado”. A Revolução de Outubro é saudada como a refutação completa da “teoria doutrinária” de Kautsky e dos *mencheviques* russos, que consideravam possível na Rússia apenas uma revolução *burguesa*, em função do seu atraso econômico e caráter predominantemente agrário. Contra esta visão, Rosa Luxemburgo destaca a justeza da concepção internacional que presidiu a ação dos *bolcheviques* em 1917 (compreendendo a sua revolução como estopim para rupturas revolucionárias nos países capitalistas mais avançados, conforme vimos antes). A partir daí, segundo ela, o destino da revolução na Rússia dependia inteiramente dos acontecimentos internacionais.

Vale destacar as premissas teóricas sobre as quais se assentam esta visão. Em primeiro lugar, referenciada nas expectativas do marxismo clássico no século XIX, Rosa Luxemburgo sustenta a impossibilidade da construção do socialismo em marcos nacionais: “todos estamos sujeitos às leis da história, e é somente ao nível internacional que se pode efetivar o ordenamento socialista da sociedade” (Luxemburgo, 1972a, p. 79; tradução minha). Esta compreensão, por sua vez, se relaciona com outra — a afirmação do caráter necessariamente contra-revolucionário do campesinato diante da transformação socialista. Nesta base, ela criticou duramente a política de reforma agrária adota-

da pelos *bolcheviques*, que teria criado uma massa numerosíssima de pequenos proprietários rurais que se voltariam de armas e dentes contra qualquer tentativa futura de socialização da produção impulsionada pelo proletariado urbano (*idem*, pp. 44-5). Por fim, ela também condenou a defesa *bolchevique* do direito à autodeterminação (inclusive a ponto de secessão) das nações que compunham o antigo Império Russo. Na sua opinião, o mais correto seria defender a união e solidariedade das forças sociais revolucionárias no âmbito das próprias fronteiras imperiais, contra os “nacionalismos” e “separatismos” burgueses (*idem*, p. 53).

As exposições acima indicam um posicionamento político e estratégico mais estreito, sectário e fechado do que era preconizado e adotado pelo Partido Bolchevique na Rússia. Sua crítica ao ordenamento político do poder soviético, no entanto, aponta justamente na direção oposta. Rosa Luxemburgo tece duras críticas a Lênin e Trotsky por reproduzir teórica e politicamente a mesma oposição abstrata entre “democracia” e “ditadura do proletariado” formulada por Kautsky. A diferença é que, nesta oposição, o dirigente social-democrata alemão teria optado pela primeira, e os dirigentes revolucionários russos pela segunda.⁷ Contra essa polarização, Rosa Luxemburgo argumenta que a ditadura do proletariado (enquanto ditadura *de classe*, e não de partido ou *clique*) só pode ser realizada como a democracia mais ilimitada (*idem*, pp. 76-77). Nesta base, ela condenou o fechamento da Assembléia Nacional Constituinte pelos *bolcheviques*, bem como a substituição do princípio do sufrágio universal por um sufrágio seletivo e qualificado em favor da classe operária, e também o recurso a formas ditatoriais para preservar o poder. Na sua opinião, a característica essencial da liberdade seria, precisamente, garanti-la para quem pensa diferente: sem eleições gerais, sem liberdade irrestrita de imprensa e associação, sem o livre enfrentamento de opiniões, restaria apenas a burocracia como elemento ativo na sociedade (*idem*, pp. 69 e 71).

A aparente incongruência entre as duas linhas de crítica ao poder soviético desenvolvidas por Rosa Luxemburgo tem, na verdade, um denominador comum: a compreensão de que a Revolução Russa só poderia ser “salva” (tanto das suas concessões indevidas à pequena burguesia rural e ao nacionalismo burguês, quanto das suas deformações anti-democráticas) pelo triunfo da revolução social em algum país avançado. A distorção da política socialista na Rússia seria decorrência da terrível compulsão da Primeira Guerra, da ocupação alemã e das extraordinárias dificuldades relacionadas a estes fatores. O erro dos *bolcheviques* teria sido o de querer transformar necessidades em virtudes — isto é, erigir em um sistema teórico políticas impostas por condições extremamente adversas. Deste ponto de vista, contra as opiniões de Kautsky, os desenvolvimentos na Rússia teriam provado não a “imaturidade” desta para a revolução, e sim a “imaturidade” do proletariado alemão para “cumprir suas tarefas históricas” (*idem*, p. 27).

O assassinato de Rosa Luxemburgo em 1919 foi parte integrante da derrota da vaga revolucionária que se espalhou pela Europa (e, particularmente, pela Alemanha) ao término da Primeira Guerra. As suas observações sugerem que o isolamento internacional decorrente desta derrota condenaria o poder soviético a alguma forma de deformação burocrática. Esta avaliação tem importantes pontos em comum com a posição que viria a ser desenvolvida, em seguida, por Trotsky (embora este preferisse indicar a *degeneração* burocrática de um poder que *não* era “deformado” no seu início). Como se trata de uma das interpretações mais sofisticadas e abrangentes (e, em muitos sentidos, inconsistentes) desenvolvidas sobre o tema no âmbito da teoria marxista, vamos examinar a sua evolução de forma um pouco mais detida.

Leon Trotsky

Trotsky, como se sabe, desempenhou papel central na Revolução Russa, tendo sido presidente do Soviete de Petrogrado e principal dirigente e organizador do Exército

Vermelho na Guerra Civil. Neste período, ele não só defendeu como teorizou a necessidade das medidas consideradas “ditatoriais” e “antidemocráticas” por Rosa Luxemburgo (e também por Kautsky, como veremos mais adiante). Respondendo às críticas de Kautsky sobre a substituição da ditadura dos soviets pela ditadura do Partido Bolchevique na Rússia, por exemplo, Trotsky argumentava, em 1920, que:

“Pode ser dito com inteira justiça que a ditadura dos soviets só se tornou possível através da ditadura do partido. Não há nada de acidental nesta ‘substituição’ do poder da classe operária pelo poder do partido, e, na realidade, não há nenhuma substituição. Os comunistas expressam os interesses fundamentais da classe operária” (Trotsky, 1963, p. 109; tradução minha).

Nesse mesmo texto, ele defende a adoção do *trabalho compulsório* e da *militarização do trabalho* como fundamentos da ação estatal do poder soviético, sem os quais “a substituição da economia capitalista pela socialista permanecerá para sempre um ruído vazio” (*idem*, p. 141). A organização da força de trabalho na economia deveria, assim, acompanhar as práticas do serviço militar obrigatório. Nesta perspectiva, o aparato do Departamento de Guerra deveria se tornar a instituição responsável pela mobilização do trabalho em larga escala na sociedade. Esta concepção fundamentou a defesa, por Trotsky, da *estatização* dos sindicatos (isto é, da eliminação da prática da eleição dos seus dirigentes em troca da sua *nomeação* pelo poder central) às vésperas do VIII Congresso dos Sovietes, no final de 1920. Esta posição foi duramente criticada por Lênin (1979d e 1979h), embora este, na época, também concebesse como necessário e inevitável o exercício da “ditadura do proletariado” por sua “vanguarda” (o partido revolucionário), tanto na Rússia quanto nos países mais adiantados (Lênin, 1979h, p. 381).

No período do afastamento de Lênin por motivos de doença, em 1923, e após a sua morte, em 1924, no entanto, Trotsky se tornou cada vez mais crítico da “burocratização” do Partido Comunista (bolchevique) e

ajudou a constituir a chamada *oposição de esquerda*. Sua crítica, então, se dirigia, sobretudo, contra a prática generalizada da indicação centralizada dos secretários provinciais do Partido, em vez da sua eleição local (Trotsky, 1975a, p. 56). Segundo ele, dado o seu papel crucial no próprio ordenamento do poder soviético, a burocratização do Partido alimentava a (e se realimentava da) burocratização do Estado. Numa evidente analogia com Rosa Luxemburgo, ele indicava que a fonte essencial dessa espiral de burocratização seria a necessidade de manter, em condições de extremo atraso econômico, a harmonia entre os interesses contraditórios do proletariado e do campesinato no Estado (Trotsky, 1975b, pp. 91-2). Se não fosse adequadamente identificado e combatido, esse processo poderia colocar a revolução em perigo. As medidas de enfrentamento defendidas pela *oposição de esquerda* neste período limitavam-se, no entanto, a propor mudanças na política de organização do Partido, sobretudo o fim da proibição da formação de facções adotada no seu X Congresso, em 1921 (Trotsky *et alii*, 1975).

O tema da “deformação burocrática” já havia sido levantado, anteriormente, por Lênin. Na sua polêmica com Trotsky e Bukharin sobre os sindicatos, ele já havia caracterizado o poder soviético como um “Estado operário com uma deformação burocrática” (Lênin, 1979h, p. 385). Justamente por isto, ele defendeu a contínua importância dos sindicatos como instrumentos de defesa dos interesses materiais e espirituais dos trabalhadores contra as deformações burocráticas. O Programa do Partido Bolchevique, adotado em 1919, fundamentava essa caracterização ao indicar um “renascimento parcial da burocracia no interior do sistema soviético” em função do baixo nível cultural das massas e da conseqüente necessidade de empregar quadros e especialistas da máquina burocrática do antigo regime czarista (Bellis, 1979, p. 57). Trotsky, no entanto, apontava não para uma “deformação” causada pela incorporação de elementos da velha burocracia, mas para um processo de *degenera-*

ção a partir do próprio Partido Comunista, em função do crescente distanciamento dos seus dirigentes em relação às “massas trabalhadoras” e do estabelecimento de relações cada vez mais “promíscuas” com os *kulaks* (a burguesia rural), os comerciantes, os atravessadores, os investidores privados etc. (isto é, com os setores abastados *não-proletários* que floresceram no âmbito da NEP).

Ao formar a *Oposição Unificada* com Zinoviev e Kamenev (antigos companheiros de Stalin no triunvirato que assumiu a direção do Partido após o afastamento de Lênin) em 1926, Trotsky já indicava a plena constituição de uma burocracia estatal-partidária inteiramente destacada dos trabalhadores na URSS. Suas reflexões sobre a situação soviética caminharam para a busca de analogias com fenômenos da Revolução Francesa de 1789 e seus desdobramentos, particularmente o *Thermidor* e o *Bonapartismo*. Essas analogias indicavam que a “degeneração burocrática” na URSS constituía um retrocesso no processo revolucionário, que abria caminho para a autonomização do poder de Estado diante das forças sociais que lhe haviam dado origem (Trotsky, 1973a). Tratar-se-ia de uma situação excepcional, de equilíbrio necessariamente tênue, instável e temporário.

Apesar dessa autonomização da burocracia estatal-partidária soviética, Trotsky insistia que a URSS continuava sendo um “Estado operário”, em função da predominância de formas estatais de propriedade no seu interior. Este argumento era sustentado em bases teóricas fortemente economicistas e reducionistas: “O caráter de um regime social é determinado em primeiro lugar pelas relações de propriedade [...]. As relações de propriedade, que estão na base das relações de classe, determinam para nós a natureza da União Soviética como Estado proletário” (Trotsky, 1973b, p. 204).

Até 1933, essa caracterização traduzia-se em uma orientação política voltada para a *reforma* do Partido e do Estado na URSS (e não para sua derrubada). A partir desse ano, no entanto, Trotsky passou a defender a necessidade de uma “nova revolução políti-

ca”⁸ (e, conseqüentemente, de um novo partido revolucionário) para por fim à dominação da burocracia. É apenas nessa época que ele começa a preconizar a adoção de um sistema *multipartidário* na URSS (Bellis, 1979, p. 43).

Ao final dos anos 30, Trotsky já indicava que, após haver “expropriado politicamente o proletariado”, a burocracia soviética passara a desempenhar um “duplo papel” no mundo, sustentada num precário equilíbrio das forças de classe internas e externas. No plano *interno*, enquanto produto da própria Revolução de Outubro, ela preservaria, ainda, um certo papel progressista, enquanto guardiã de relações sociais de produção produzidas por essa revolução. Já em âmbito *externo*, enquanto estrato conservador movido pela lógica da autopreservação, ela teria um papel abertamente contra-revolucionário, abandonando toda e qualquer veleidade revolucionária em favor de políticas de boa vizinhança com o imperialismo (Trotsky, 1970). A União Soviética teria se tornado, assim, um “Estado operário contra-revolucionário”. Esta compreensão fundamentou a decisão de criar a IV Internacional, em 1938, dois anos antes do assassinato de Trotsky, no México. Nesse período final da sua vida, abundam nos seus escritos referências ao *totalitarismo* na URSS e analogias entre o desenvolvimento desta e o da Alemanha nazista, embora ambos fossem considerados “regimes transitórios e excepcionais” no desenvolvimento respectivo do socialismo e do capitalismo (Trotsky, 1969).

O trabalho que sistematiza de forma mais completa a avaliação do fundador da IV Internacional sobre o desenvolvimento da sociedade soviética é o livro *A Revolução Traída*, escrito em 1936 (Trotsky, 1980). Nele, a URSS é caracterizada como uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, marcada pelos seguintes traços:

1. as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade do Estado um caráter socialista;
2. a propensão para a acumulação primitiva,

- nascida da necessidade, manifesta-se por todos os poros da economia planificada;
3. as normas de repartição, de natureza burguesa, encontram-se na base da diferenciação social;
 4. o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente as condições dos trabalhadores, contribui para a rápida formação de uma camada de privilegiados;
 5. a burocracia, explorando os antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo;
 6. a revolução social, traída pelo governo dominante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores;
 7. a evolução das contradições acumuladas pode conduzir a sociedade para o socialismo, ou fazer recuar a sociedade para o capitalismo;
 8. a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários;
 9. os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia (Trotsky, 1980, p. 176).

Um Balanço Parcial

Apesar de atraente, examinada mais de perto e profundamente esta caracterização da URSS gera mais dúvidas e questionamentos do que respostas. Destaco, a seguir, algumas das suas premissas teóricas mais problemáticas:

1. Sua abordagem do socialismo revela uma forte dose de determinismo tecnológico, subjacente ao economicismo a que já me referi anteriormente. Estabelecida a predominância da propriedade estatal, segundo Trotsky, é a *base técnica* (as forças produtivas) que *determina* o caráter socialista (ou não) dessa propriedade, e, por decorrência, do próprio regime social (item 1 acima). Assim, na sua visão, enquanto as formas soviéticas de propriedade fundadas sobre a técnica americana poderiam ser consideradas socialistas, es-

- sas mesmas formas nas condições do baixo rendimento do trabalho da URSS não significariam mais do que “um regime transitório cujos destinos não estão ainda definitivamente pesados pela história” (*idem*, p. 46). A crítica ao enfoque técnico-determinista dessa interpretação levou alguns dos colaboradores mais próximos de Trotsky (sobretudo Max Schachtman) a romperem com este, insistindo na necessidade de desenvolver uma análise centrada no desenvolvimento das *relações reais de produção* na URSS, e não apenas nas formas jurídicas de propriedade ou na base tecnológica prevaletentes no seu interior (veremos isto na seção seguinte).
2. Associado à sua base tecnológica atrasada, o caráter não-socialista da URSS seria determinado pela predominância de normas burguesas na repartição do produto social. Isto, de acordo com Trotsky, teria gerado uma contradição entre o caráter socialista incipiente da produção e o caráter capitalista da distribuição na sociedade soviética. O processo de burocratização estatal-partidária seria, precisamente, fruto dessa contradição. Acontece que, como vimos antes, o marxismo clássico aponta para a necessidade de se adotar o princípio da remuneração segundo o trabalho (o “direito burguês”) como norma distributiva básica *do socialismo* (isto é, de toda a primeira fase do comunismo), sem o qual a elevação da produtividade econômica (condição para superar as diferenças de classe na sociedade) seria impossível. A análise de Trotsky confunde, assim, características das fases inicial e superior da construção de uma sociedade sem classes (segundo a concepção original de Marx e Engels), o que a torna incapaz de examinar (ou sequer formular) o problema das bases da autonomização do Estado *no próprio socialismo*.
 3. Na análise de Trotsky, a “degeneração burocrática” do “regime de transição” referido mais acima é decorrência do isolamento internacional da revolução em uma sociedade atrasada, em que o prole-

tariado era minoritário e pouco desenvolvido. A premissa teórica subjacente a este argumento é a de que processos revolucionários em sociedades nas quais o proletariado for majoritário tenderiam “naturalmente” a generalizar práticas de democracia direta e participativa, subordinando (e, em seguida, dissolvendo) a burocracia nos processos de formação dos novos Estados socialistas. Por isso, Trotsky sempre procurou identificar as origens do bonapartismo soviético no “equilíbrio” de forças entre o proletariado e algum setor *não-proletário* dentro ou fora da União Soviética: a burguesia e a pequena-burguesia no NEP, o campesinato hostil, a burguesia internacional etc. Oscilavam os ingredientes, mas a receita permanecia a mesma (extraída de analogias com o ciclo político da Revolução Francesa, no final do século XVIII). Mas, como já foi observado na discussão da tese do “socialismo de Estado” na seção anterior, se a “deformação burocrática” é explicada pelo caráter atrasado e não proletário da sociedade, como explicar que a URSS tenha passado de país camponês-agrário para proletário-industrial em poucas décadas, sem que se verificasse um processo correspondente de democratização do seu poder político (quer por “reformas pelo alto” ou “revoltas de baixo”)? E ainda, quando finalmente se gestou algo semelhante a uma “crise revolucionária” na sua sociedade (entre 1989 e 1991), que o desfecho tenha se encaminhado não para “adequação do regime político às formas socialistas de propriedade” mas para o *desmantelamento* destas por meio de programas massivos de privatização? Será, enfim, que não devemos considerar teoricamente a possibilidade da “autonomização” do poder político se originar em características estruturais do *próprio socialismo* (incluindo aí diferenciações e contradições no seio dos próprios trabalhadores)?

4. Assim como Rosa Luxemburgo, Trotsky concebe o campesinato como uma força

essencialmente hostil à transformação socialista na URSS. Diferentemente dela, no entanto, ele considera este posicionamento não uma característica “inerente” a todo o campesinato, mas consequência, uma vez mais, do atraso das forças produtivas. Assim, mesmo após o seu agrupamento em fazendas coletivas, o campesinato *kolkhosiano* continuaria nutrindo “um forte ódio, um ódio plebeu” para com o Estado operário, dada a incapacidade deste em prover instrumentos de produção em grande escala para a terra coletivizada. Em função disto — e da hostilidade da “imensa maioria dos operários” para com a burocracia dominante — Trotsky era categórico ao afirmar, em 1936, que a URSS seria inapelavelmente derrotada numa futura guerra com a Alemanha ou qualquer outra potência imperialista, a não ser que houvesse uma nova revolução social vitoriosa no Ocidente (*idem*, p. 157). Os acontecimentos não tardaram a revelar que esta apreciação subestimava enormemente as bases sociais, a capacidade de comando e a própria legitimidade interna que o regime soviético ainda preservava.

5. Também como Rosa Luxemburgo (e Marx no século XIX), Trotsky considera impossível a construção isolada do socialismo nos marcos nacionais. Na sua avaliação, a divisão mundial do trabalho, a dependência da indústria soviética em relação à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias-primas asiáticas etc., tornavam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma em qualquer parte do mundo (Trotsky, 1977, p. 207). Esta era a base da sua teoria da “revolução permanente” e marcava a sua oposição à tese da possibilidade da construção do socialismo na URSS sem a ajuda de Estados socialistas mais desenvolvidos (tese que, como vimos, foi formulada inicialmente por Lênin diante das evidências da derrota da onda revolucionária no Ocidente entre

1918 e 1923, e se tornou, em seguida, orientação oficial do Partido e do Estado soviéticos).⁹ Do ponto de vista político, esta abordagem teórica resulta num impasse: se a União Soviética, em função do seu atraso, dependia do apoio de Estados socialistas tecnicamente mais adiantados para poder completar a sua própria transição ao socialismo, na ausência desses estados (cuja existência independia da vontade dos dirigentes da URSS) a nova “revolução política” preconizada por Trotsky não estaria fadada a enveredar pelo mesmo processo de “degeneração burocrática”? Já do ponto de vista empírico, a subordinação da União Soviética à divisão internacional do trabalho na economia capitalista mundial mostrou-se bem menos incondicional do que supunha o teórico da “revolução permanente”. Baseada na combinação de medidas “socializadoras” internas (como a industrialização e a coletivização da agricultura) com mecanismos relativamente eficazes de defesa contra as flutuações e iniquidades do mercado mundial (como o estabelecimento do monopólio estatal do comércio exterior, a não-conversibilidade do rublo nos mercados monetários internacionais e a restrição de fluxos comerciais e financeiros com o Ocidente), a URSS logrou sustentar índices de elevação da produtividade da sua economia superiores às de todos os países capitalistas durante pelo menos três décadas.¹⁰ Ou seja, ela conseguiu, durante esse período, escapar dos limites da divisão internacional do trabalho da economia capitalista mundial e suplantou pesadas heranças do atraso sem a ajuda estatal de Estados socialistas mais desenvolvidos.

6. Ao erigir a “burocracia” em conceito crucial da sua caracterização, Trotsky se enredou nos mesmos problemas de ambigüidade, imprecisão e inadequação enfrentados pelos autores ocidentais que também centraram suas leituras dos Estados de tipo soviético no conceito de burocracia, aos quais me referi na primeira

parte desta resenha (Fernandes, 1994, pp. 22-23). Em primeiro lugar, a prática eminentemente política, improvisada e orientada para metas substantivas do aparato partidário-estatal soviético claramente não se encaixa na racionalidade impessoal, rotinizada e formal definidora da burocracia (pelo menos em termos weberianos).¹¹ Um outro problema se refere aos contornos da “casta burocrática” dominante. A análise desenvolvida por Trotsky sobre esta questão (crucial para toda a sua interpretação) é, na verdade, evitada de inconsistências. Assim, enquanto num artigo de 1935 ele caracteriza a burocracia como “pequeno-burguesa tanto na sua composição como no seu espírito” (Trotsky, 1973c), na última obra que escreveu antes de morrer, ele contrapõe a “burocracia” à “pequena burguesia” como forças sociais adversárias e concorrentes no processo de cristalização de um novo estrato privilegiado na URSS (Trotsky, 1941, p. 408). Já no livro *Revolução Traída* (Trotsky, 1980, p. 97) ele inclui na sua definição de “burocracia privilegiada soviética” cinco ou seis milhões de pessoas que, sem fornecer um trabalho produtivo direto, comandam, administram, dirigem e distribuem os castigos e as recompensas (exceção feita para os professores ...). A estes e seus familiares, deveriam se juntar igual número de componentes da “aristocracia operária e kolkhosiana” e seus familiares, perfazendo um universo total de 20 a 25 milhões de pessoas (numa população de 170 milhões). Convenhamos que se trata de uma camada social tão ampla, que a própria noção de “dominação” perde o sentido — ainda mais se lembrarmos que o nível de vida da “burocracia privilegiada”, assim definida, caiu a níveis inferiores aos da média dos operários no desenvolvimento posterior da sociedade soviética (Yanowitch, 1977, pp. 30-1).

As idas e vindas na caracterização da “burocracia dominante” por Trotsky refle-

tem a inadequação de aspectos cruciais do seu esquema interpretativo diante do desenvolvimento histórico-concreto da URSS. Entre as inconsistências analíticas mais relevantes, eu destacaria as seguintes:

1. Vimos, anteriormente, como Trotsky identificava, na relação cada vez mais “promíscua” dos quadros do Partido e do Estado com setores burgueses e pequeno-burgueses gerados no âmbito da NEP, a base da degeneração burocrática do poder soviético nos anos 20. Como explicar, então, que essa mesma casta burocrática “conservadora e contra-revolucionária” tenha partido, em seguida, para a *liquidação* desses setores não-socialistas, a partir das políticas de industrialização e coletivização aceleradas adotadas na chamada “revolução pelo alto”? Vale lembrar que a “Grande Virada” de 1928 fez vários colaboradores próximos de Trotsky, como o célebre economista Preobrazhenski (1965, 1973 e 1980), se recompostem com o poder soviético, já que este parecia estar adotando justamente as políticas que a oposição vinha cobrando há algum tempo (o que não impediu que muitos deles — inclusive o próprio Preobrazhenski — fossem fuzilados pelo regime em seguida...) ¹².
2. Da mesma forma, se o poder estatal-partidário soviético era expressão da dominação da “burocracia”, como explicar que os violentos expurgos da segunda metade dos anos 30 tenham se dirigido justamente contra a burocracia? Como o próprio biógrafo de Trotsky, Isaac Deutscher, reconhece, “um dos efeitos dos expurgos foi impedir a consolidação dos grupos gerenciais como estrato social” (Deutscher, 1963, p. 306; tradução minha). Mas, então, como conceber precisamente o poder soviético na época como dominação política deste estrato social (a burocracia)? Será que esta caracterização não se fundamenta em um essencialismo apriorístico desprovido de fundamentação empírica? ¹³
3. Por fim, a caracterização da União Soviética

como uma força conservadora e contra-revolucionária do ponto de vista externo, e híbrida do ponto de vista interno, também mostrou-se incongruente e inadequada. ¹⁴ Como explicar, nesta base, o apoio muito real e concreto dado pela URSS a movimentos e processos de transformação revolucionária no mundo (sobretudo movimentos anticolonialistas e antiimperialistas), mesmo quando interesses de defesa nacional soviéticos não estavam diretamente envolvidos (Cuba, por exemplo)? Como dar conta, em particular, da pressão exercida sobre os Estados da Europa Central e do Leste no pós-guerra para que estes empreendessem transformações anticapitalistas nas suas respectivas economias e sociedades? ¹⁵ Segundo a análise de Trotsky, a “burocracia” soviética já não teria abandonado por completo a perspectiva anticapitalista na sua ação internacional, estando preocupada apenas em garantir sua autopreservação mediante compromissos com o imperialismo?

Variações do Trotskismo no Pós-Guerra: Mandel, Ticktin e Deutscher

Entre os seguidores de Trotsky no pós-guerra, *diferentes* autores enfatizaram *diferentes* aspectos da evolução do seu pensamento para conceber *diferentes* perspectivas sobre a evolução das sociedades e Estados de tipo soviético. Ernest Mandel se destacou por tentativas de resgatar e refinar a interpretação trotskista *ortodoxa*, adaptando-a aos desenvolvimentos da segunda metade do século XX (Mandel, 1972, 1974, 1980, 1989 e 1992). Já Hillel Ticktin optou por enfatizar o caráter “contra-revolucionário” do Estado Soviético, contrapondo a predominância de uma “economia administrada” no seu interior à visão trotskista original de uma “economia planificada” (Ticktin, 1973 e 1992). Isaac Deutscher destacou o legado progressista e revolucionário das transformações nas relações de propriedade na URSS, apostando na possibilidade da sua “regeneração pelo alto”. Ele reconheceu até mesmo méritos

históricos genuínos na obra de Stalin, que “encontrou uma Rússia trabalhando com arado de madeira, e a deixou equipada com pilhas atômicas” (Deutscher, 1969, p. 55; tradução minha). Sua *heterodoxia* lhe valeu críticas iradas por parte de outros autores trotskistas.¹⁶ Nenhum desses autores, no entanto, negou a validade da apreciação básica da sociedade soviética desenvolvida por Trotsky.

Já nos anos 30, vários dos principais colaboradores do fundador da IV Internacional se distanciaram política e teoricamente deste, por não concordar com sua caracterização da URSS como uma “sociedade presa na transição, nem socialista, nem capitalista”. Para eles, era forçoso reconhecer haver surgido *um novo modo de produção com uma nova classe dominante e exploradora* na União Soviética (o que tinha implicações profundas para o tipo de posicionamento político que deveria ser mantido em relação a ela). A seção que segue examina as origens e os desdobramentos principais dessa caracterização alternativa.

Leituras Centradas na Emergência de um Novo Modo de Produção e uma Nova Dominação de Classe

Dos conceitos totalizantes rivais sobre as sociedades do Leste surgidos no âmbito do pensamento marxista, este é o que reúne o maior número e a maior variedade de abordagens e enfoques. Antes de proceder à análise específica destas, vamos começar examinando alguns dos seus precursores teóricos no movimento socialista e no pensamento de inspiração marxista.

Bakunin e as Críticas Anarquistas e Sindicalistas ao Socialismo Autoritário

Fora do âmbito próprio do marxismo — mas nos marcos do movimento operário do século passado — cabe destacar, em primeiro lugar, as críticas anarquistas (sobretudo as de Michael Bakunin) ao “socialismo autoritário” de Marx.¹⁷ As divergências entre os adeptos das duas correntes culminaram na expulsão de Bakunin da I Internacional, em

1872. O líder anarquista russo considerava que um projeto emancipador centrado na conquista do poder político, como o proposto pela teoria marxista, só poderia resultar na emergência de um novo despotismo, já que “quem diz Estado, diz automaticamente dominação e, conseqüentemente, escravidão” (Bakunin, 1983, p. 96). Assim:

“[No Estado Popular do Sr. Marx] haverá um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como fazem todos os governos hoje, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando em suas mãos a produção e a justa repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reino da *ininteligência científica*, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de doutos reais e fictícios, e o mundo se dividirá em uma minoria dominando em nome da ciência, e uma imensa maioria ignorante” (Bakunin, 1989, pp. 95-6).

Para Bakunin, a verdadeira liberdade e emancipação só poderiam advir da imediata abolição do Estado e sua substituição pela formação livre e pela livre federação de associações operárias baseadas na propriedade coletiva da terra, dos capitais, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho (Bakunin, 1983, p.117).

Há uma forte coincidência entre estas posições bakuninistas e as defendidas pelo polonês Vaclav Machajski no início do século XX (Machajski, 1937). Este caracterizava o “socialismo” da social-democracia como a ideologia de uma nova classe de intelectuais e técnicos que explorava as lutas dos operários manuais para chegar ao poder e impor a sua dominação. Ecos desta interpretação ainda podiam ser identificados nas reflexões de autores dissidentes poloneses nos anos 70 e 80 (Konrad e Szelényi, 1979). Concepções

antiintelectualistas análogas podem ser encontradas, ainda, nos escritos da fase *sindicalista* de George Sorel (1919 e 1972), sobretudo na sua crítica aos partidos políticos (que, segundo ele, subordinavam o proletariado a políticos profissionais). Para Sorel, processos de nacionalização dos meios de produção conduzidos por partidos políticos resultariam não na emancipação dos trabalhadores, mas no aumento do poder dos políticos sobre os produtores. A alternativa, para ele, residiria na deflagração de uma greve geral (insurreccional) que restaurasse o controle da produção para os homens livres, sem qualquer necessidade de mestres. Esta revolução seria ao mesmo tempo social e moral, e significaria “a recusa do proletariado em ver novas hierarquias montadas sobre si” (Sorel, 1919, pp. 59-60).

Michels e a Lei de Bronze da Oligarquia

Há importantes pontos de contato entre estas idéias de Sorel e as posições desenvolvidas por Robert Michels no seu célebre estudo sobre as conseqüências oligárquicas do imperativo organizacional nas sociedades de massa contemporâneas — a chamada “lei de bronze da oligarquia” (Michels, 1982).¹⁸ Embora sua análise se concentrasse na evolução dos partidos social-democratas fora do poder (enquanto protótipos do Partido Democrático Moderno), o pensamento micheliano se sustentava numa singular combinação das perspectivas teóricas de Marx e Weber, que viria a servir de base para praticamente todas as abordagens posteriores que identificaram a emergência de uma “nova classe dominante” nos marcos da “burocracia reinante” nos Estados de tipo soviético.

Michels indicava que toda organização implica divisão de trabalho — e que qualquer órgão da coletividade, nascido da divisão do trabalho, cria para si, logo que estiver consolidado, um interesse especial em oposição ao interesse geral. Por isso, na sua opinião, a perspectiva marxista da construção de uma sociedade sem classes era inviável. O socialismo pereceria no próprio momento do

triumfo dos seus partidários (*idem*: p. 235). Esta impossibilidade do socialismo seria determinada não só por motivos técnicos, mas também por fatores psicológicos — o mesmo instinto que leva os proprietários, nas sociedades capitalistas, a deixarem de herança para seus filhos as riquezas que acumularam em vida, levaria os administradores da fortuna e dos bens públicos no Estado socialista a se beneficiarem do seu imenso poder para assegurar a seus filhos a sucessão nos cargos que ocupam. De posse dos instrumentos do poder coletivo, este grupo social faria de tudo para preservá-los. Em decorrência, a revolução social simplesmente substituiria uma classe dominante visível e tangível por uma oligarquia demagógica operando sob a falsa máscara da igualdade (*idem*, p. 231).

Poucos autores marxistas preocuparam-se em responder a essa crítica micheliana. No seu livro *Tratado de Materialismo Histórico*, de 1921, Bukharin comenta as posições de Michels (e Pareto) e admite poder haver uma *tendência* à formação de uma camada dirigente como classe embrionária durante o período de transição, mas reitera que esta tendência não constitui “lei inexorável” e pode ser combatida e revertida (Bukharin, 1970). Já Gramsci criticou Michels, entre outras coisas, por confundir a divisão *técnica* do trabalho com a divisão *social* (de classe). Enquanto a primeira era inevitável, mas podia ser controlada, a segunda não (Gramsci, 1984, p. 109).

Os autores anarquistas foram os primeiros a apontar, sobretudo após o esmagamento da rebelião de Kronstadt e do movimento *makhnovista*, a emergência de uma “nova classe” opressora na Rússia soviética — a “comissariocracia”, segundo expressão cunhada por Rocker em 1921 (Rocker, 1977, p. 18). Isto, segundo eles, confirmava tragicamente a validade da crítica fundamental dirigida ao “socialismo autoritário” marxista desde o século passado. A experiência da revolução soviética teria comprovado, mais do que nunca, que o Estado é, pela sua própria essência, gerador e perpetuador de diferenças de classe, e que não pode ser transforma-

do em instrumento de libertação do povo (Rocker, 1977; Voline, 1990).

Karl Kautsky e a Crítica Social-Democrata

A crítica mais dura e sistemática à constituição de uma nova classe dominante na URSS, no entanto, viria do quadrante político oposto ao do anarquismo no movimento operário — o dos dirigentes principais da II Internacional (social-democrata), sobretudo Kautsky, Hilferding e os líderes da ala direita dos mencheviques russos (ou seja, precisamente os “mais estatistas” dos “socialistas estatistas”), a quem Rosa Luxemburgo se referia sarcasticamente como “os ‘sábios’ oficiais do marxismo” (Luxemburgo, 1983, pp. 434-5). Como vimos antes, os dirigentes social-democratas haviam se oposto à tomada do poder pelos bolcheviques por considerar a Rússia demasiado atrasada para proceder à construção do socialismo, enquanto Rosa Luxemburgo e Trotsky (conforme a orientação estratégica inicial do Partido Bolchevique) destacavam que a revolução soviética poderia ser uma força catalisadora de revoluções sociais nos países mais adiantados, que “resgatariam”, em seguida, a URSS do seu próprio subdesenvolvimento.

A primeira reação dos dirigentes social-democratas à revolução soviética foi de total descrença em relação às suas possibilidades de sobrevivência. Kautsky, por exemplo, na condição de assessor do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha após a derubada do governo do *kaiser* no final de 1918, aconselhou *contra* o estabelecimento de relações diplomáticas com o poder soviético, já que este não se seguraria no poder por muito tempo (Stenson, 1991, p. 201). Na sua principal obra sobre a URSS escrita nesse mesmo ano, esta inviabilidade do poder soviético era explicada em função do caráter burguês da revolução russa, o que, por sua vez, era determinado pela preponderância do campesinato na sua sociedade (Kautsky, 1979, p. 73). Apesar da sua retórica socialista, portanto, a revolução soviética

não passaria de uma revolução camponesa-agrária.

Adviriam disto dois cursos alternativos de desenvolvimento possível para o poder soviético: ou este reconhecia o caráter social da revolução que dirigia e abria o caminho para o desenvolvimento do capitalismo (o que implicaria uma abertura política correspondente, mediante nova convocação ou eleição da Assembléia Nacional Constituinte, que suplantaria, assim, os próprios soviéticos); ou ele se aferraria a métodos ditatoriais para explorar e expropriar o campesinato (o que acarretaria a alienação da sua base social principal e, conseqüentemente, a sua derubada devido ao isolamento político interno e externo). Essa mesma compreensão fundamentou a oposição dos mencheviques remanescentes na Rússia às políticas do “comunismo de guerra” adotadas pelos bolcheviques entre 1918 e 1921.¹⁹

Quando o poder soviético mostrou-se capaz de superar as suas primeiras provas na Guerra Civil, as reflexões de Kautsky caminharam no sentido de identificar a emergência de uma forma de “capitalismo de Estado” na Rússia soviética (falaremos mais sobre isto no próximo artigo). Nos marcos deste, estaria surgindo uma nova classe dominante, com base na fusão da burocracia estatal com a burocracia do capital (uma espécie de “burguesia burocrática”). O seu texto *Terrorismo e Comunismo*, de 1919 (que provocou a resposta irada homônima de Trotsky) fundamenta essa perspectiva a partir de uma transcrição quase que literal das reflexões contemporâneas de Weber sobre a burocracia (Kautsky, 1973). Assim, ele simplesmente transfere para os bolcheviques a crítica dirigida ao socialismo por Weber, indicando que eles teriam potenciado ao máximo o processo de burocratização ao unificar duas burocracias (a pública e a privada) que antes se apresentavam separadas e em concorrência na sociedade. Isto só tornaria ainda mais limitadas e difíceis as condições de resistência dos trabalhadores.

Com base nessa compreensão francamente hostil ao poder soviético, Kautsky en-

viou, em 1924, um memorando sobre a situação soviética à Internacional Operária Socialista (IOS — a articulação internacional remanescente do movimento social-democrata na época) exigindo que esta desenvolvesse uma luta contra o bolchevismo não menos enérgica do que aquela que havia travado antes de 1917 contra o tzarismo (Kautsky, 1925). Este memorando foi duramente criticado, na época, pelos próprios mencheviques, que se recusaram a assumir a responsabilidade histórica de comandar a derrota do regime surgido da revolução russa (Liebich, 1986, p. 355). Os mencheviques haviam interpretado a adoção da NEP, em 1921, como o reconhecimento do “caráter burguês” da revolução pelo poder soviético e o seu encaminhamento para um desenvolvimento capitalista clássico. Os social-democratas russos, nessa época, chegaram até mesmo a criticar o Partido Bolchevique por *fazer concessões em demasia* ao capital estrangeiro e aos “novos ricos” internos.²⁰ A reversão nas políticas da NEP a partir da “Grande Virada” de 1928, e a subsequente “revolução pelo alto”, no entanto, deitaram por terra essa avaliação e recolocaram para os dirigentes social-democratas (e o conjunto das forças oposicionistas) a problemática teórica e política da natureza da URSS.

Neste período, Kautsky resgatou a tese anarquista da emergência de um “novo modo de produção” distinto, tanto do capitalismo, quanto do socialismo na União Soviética. Contra Otto Bauer (cujas opiniões vimos mais acima), ele afirmava que a ideologia socialista tinha valor apenas instrumental para o regime soviético. Este era dominado, na verdade, por uma “nova aristocracia” que controlava os meios de produção não-privados e os explorava em benefício próprio:

“Não a abolição de todas as classes, mas a substituição das velhas classes por novas foi a culminação da revolução bolchevique de 1917 [...]. A economia militarizada, altamente concentrada, do Estado soviético, difere radicalmente, por certo, da economia do capitalismo privado, mas não está menos distante do objetivo da emancipação da classe trabalhadora do que qualquer for-

ma de exploração e servidão.” (Kautsky, *apud* Salvadori, 1986, p. 291).

Diferentemente dos anarquistas, no entanto, Kautsky considerava a emergência desta nova classe dominante na URSS uma decorrência não das “concepções socialistas autoritárias” de Marx, mas do voluntarismo dos bolcheviques, que teimaram em passar por cima das condições objetivas existentes na sua sociedade e tentaram eliminar, por decreto, as etapas necessárias ao desenvolvimento do socialismo. Contra Trotsky, ele argumentava que a “ditadura do proletariado” já havia nascido deformada como “ditadura de partido” na Rússia. As origens do processo de formação da “nova classe” remontariam, portanto, ao monolitismo político instituído por Lênin (e pelo próprio Trotsky), não fazendo sentido falar em uma “degeneração” posterior.

Embora não fossem aceitas unanimemente, essas posições de Kautsky tiveram forte ressonância no movimento social-democrata nos anos 30. Em 1931, o economista do PS francês, Lucien Laurat, publicou um importante livro sobre a economia soviética caracterizando a “oligarquia burocrática da URSS” como “uma classe que deriva sua renda da exploração da população” (Laurat, 1931, p. 193, tradução minha). As alas de direita e de centro do Partido Menchevique russo, sobretudo seus dirigentes Boris Nicolaievski e Rafael Abramovitch, também acompanharam as concepções de Kautsky, afastando-se das posições da ala esquerda liderada pelo então presidente do Partido, Theodor Dan (Liebich, 1986).

Teorias do Totalitarismo: Hilferding, Souvarine, e Victor Serge

Nicolaievski viria a convidar o célebre economista austríaco Rudolf Hilferding, amigo e colaborador próximo de Kautsky, para publicar um artigo na revista dos mencheviques russos, refutando o resgate da tese do “capitalismo de Estado” na URSS pelo trotskista inglês “dissidente” R. Worrall. A resposta de Hilferding foi publicada em 1940 (Hilferding, 1977), um ano antes dele ser

morto pela Gestapo na França ocupada. As suas críticas à tese do “capitalismo de Estado” basicamente reeditaram os argumentos já levantados em 1934 pela menchevique de esquerda Olga Domanevskaia (citada mais acima). Ele apontou o contra-senso de se caracterizar como “capitalista” uma sociedade em que não existia propriedade privada dos meios de produção, as leis de mercado não atuavam autonomamente, e a maximização do lucro não constituía a motivação central da produção. Criticou, igualmente, a inadequação de se conceber a “burocracia” como detentora independente do poder na União Soviética.

A principal inovação teórica introduzida no artigo por Hilferding, no entanto, foi a identificação do surgimento de um novo sistema social na URSS — a “economia totalitária de Estado” — do qual estariam se aproximando, também, a Alemanha nazista e a Itália fascista. Nesse sistema, as relações entre política e economia seriam alteradas por completo, com a primeira tornando-se independente e determinante da segunda. Para Hilferding, isto subvertia a compreensão original do marxismo sobre a relação entre economia e Estado. Por isto, seria necessário abandonar a pretensão de caracterizar *economicamente* a sociedade soviética como capitalista ou socialista, e reconhecer que a evolução da sua sociedade era determinada, sobretudo, pela natureza *totalitária* do seu poder político (*idem*, p. 96).

A abordagem teórica do fenômeno totalitário por Hilferding rompia, assim, com o enfoque centrado na emergência de um “novo modo de produção” especificamente soviético de Kautsky. Essa abordagem do economista austríaco tinha evidentes pontos de contato com reflexões de outros renomados autores contemporâneos, influenciados em menor ou maior grau (e de diferentes formas) pelo pensamento marxista. Entre estes, destaca-se Karl Polanyi. Embora sua abordagem não fosse centrada no conceito de totalitarismo, Polanyi identificou na industrialização e coletivização da URSS ao final dos anos 20 o marco precursor da “grande trans-

formação” que varreria o mundo em seguida nos anos 30. Esta “transformação universal” teria levado à suplantação da auto-regulação liberal do mercado (e a separação institucional das esferas econômica e política dela decorrente) por esforços massivos de regulação consciente da vida social, como os planos quinquenais soviéticos, o *New Deal* norte-americano, o nazismo alemão, o retorno a impérios autárquicos etc. (Polanyi, 1980). Polemizando com Trotsky, Simone Weil já havia chegado a conclusões semelhantes em 1933 (Weil, 1977).

Diferentes autores marxistas já haviam incorporado o totalitarismo como conceito central das suas caracterizações da URSS nos anos 30. No seu livro biográfico sobre Stalin publicado em 1935 (duramente criticado por Otto Bauer, por sinal), o historiador francês Boris Souvarine apontou um “parentesco histórico profundo” entre o totalitarismo na Alemanha e na União Soviética (Souvarine, 1935). Este autor (que foi fundador do PCF e integrante do Secretariado da III Internacional até ser expulso, em 1924) concluiu que o totalitarismo político da URSS se fundava em um novo tipo de exploração tecno-burocrática desenvolvida nos marcos da economia estatizada. Ele chegou mesmo a classificar este novo tipo de exploração como um “feudalismo burocrático” (o que me parece uma conjunção de termos eminentemente contraditórios). O dissidente bolchevique refugiado na França, Victor Serge chegou a conclusões análogas em importante obra sobre a revolução russa publicada dois anos depois (Serge, 1937). No pós-guerra, Hannah Arendt procurou sistematizar teoricamente o próprio conceito de totalitarismo, tomando como referência básica os desenvolvimentos na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin (examinamos as suas formulações na primeira parte desta resenha, publicada no número anterior do *BIB*).

Marcuse e o Legado da Escola de Frankfurt

A temática do *totalitarismo* foi retomada, igualmente, nas reflexões críticas de au-

tores ligados à chamada Escola de Frankfurt sobre a racionalidade da civilização industrial moderna.²¹ Marcuse, em particular, argumentou que, ao impor um tipo de controle e centralização da produção que negou aos produtores imediatos o papel de sujeitos autônomos, a nacionalização e a abolição da propriedade privada na URSS teria resultado no *aperfeiçoamento* da dominação, em vez de pré-requisito para a sua abolição (Marcuse, 1969, p. 80). O fenômeno do *totalitarismo*, nesta perspectiva, estaria fundado na generalização, em todas as sociedades industriais, de uma única e limitada racionalidade instrumental *burguesa*, que padroniza e atomiza os indivíduos, sufocando a sua espontaneidade e autonomia.

Como as sociedades de tipo soviético não só incorporaram como passaram a reproduzir esta mesma racionalidade, suas diferenças fundamentais com a sociedade ocidental estariam sendo esmaecidas por uma forte tendência à assimilação. Em ambas as sociedades, segundo Marcuse, a centralização e a regimentação superavam a empresa individual e a autonomia; a competição se tornava cada vez mais organizada e “racionalizada”, as burocracias econômicas e políticas eram unificadas sob um governo de comando; e a massa do povo era coordenada e mobilizada por intermédio da mídia e dos meios massificados de diversão e educação (*idem*, pp. 79-80). Enfim, o processo de burocratização monolítica, que Weber imputava ao socialismo e Kautsky ao bolchevismo, estaria tomando conta de toda civilização industrial moderna. Este enfoque marcuseano teve forte influência sobre as “teorias da convergência” desenvolvidas no Ocidente entre os anos 50 e 70 (vistas na primeira parte da resenha). Ele se entrelaça, também, com algumas das leituras marxistas que identificaram a prevalência do capitalismo de Estado e/ou burocrático nos países do Leste (discutiremos estas no próximo artigo). Suas origens, no entanto, remontam às reflexões dos colaboradores e seguidores de Trotsky que romperam com este no final dos anos 30, por

não concordarem com sua caracterização da sociedade soviética.

Os Trotskistas Dissidentes I: Rizzi, Burnham e Schachtman

O trabalho precursor dessa “dissidência trotskista” foi o livro *O Coletivismo Burocrático*, do italiano Bruno Rizzi, publicado em 1939 (Rizzi, 1977). Nele, Rizzi argumenta que a burocracia soviética havia se cristalizado em uma nova classe dominante na URSS, nos marcos da constituição de um novo sistema de exploração que ele chama de “coletivismo burocrático”. Neste, o controle do Estado dava à nova classe dominante (a burocracia) a propriedade efetiva dos meios de produção, embora ela não dispusesse dos títulos jurídicos de propriedade da velha burguesia. Já os trabalhadores, seriam reduzidos à condição de escravos. Rizzi introduz, aqui, uma distinção teórica entre a “propriedade formal” e o “controle real” dos meios de produção, que se tornaria peça central na argumentação de inúmeros autores contrários à caracterização dos Estados de tipo soviético como socialistas.

Para o ex-trotskista italiano, no entanto, a emergência deste “coletivismo burocrático” não seria um desenvolvimento específico soviético. Ele o interpretava como fruto das contradições da socialização da produção no mundo industrial moderno: por um lado, a classe operária havia se revelado incapaz de cumprir o papel previsto originalmente para ela na teoria marxista — assumir o controle da indústria moderna por meio da revolução; por outro, o capitalismo também se mostrava incapaz de funcionar e sobreviver, em função do alto grau de concentração e centralização alcançado pela produção. Como resultado, a burocracia emergiu como agente social da superação do capitalismo, constituindo uma nova forma de economia coletivista (burocrática), mais adequada ao caráter social da produção no mundo moderno. Assim como Polanyi, Rizzi concebia esse desenvolvimento como uma transformação universal materializada em múltiplos desenvolvimentos mundiais no decorrer dos

anos 30 (na URSS, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos etc.).

Entre 1939 e 1940, houve uma cisão importante no Partido Socialista dos Trabalhadores, seção da IV Internacional nos Estados Unidos, opondo dois de seus principais dirigentes, James Burnham e Max Schachtman, às posições “ortodoxas” de Trotsky. No centro da polêmica estava a caracterização do regime social existente na URSS que, segundo os dois dissidentes, não podia ser considerado nem um Estado operário, nem um Estado burguês. Fundamentando esta posição, Burnham publicou, em 1941, o livro *The Managerial Revolution* (Burnham, 1941), que viria a ter grande influência sobre os defensores da teoria da convergência no pós-guerra (vistos no artigo anterior). Como Rizzi, Burnham situou a emergência de um “novo modo de produção” na União Soviética nos marcos da ascensão mundial de uma nova classe dominante — a dos administradores tecnocratas — que substituiu as funções e o poder das antigas classes proprietárias. Todo o mundo desenvolvido estaria convergindo para o mesmo tipo de transformação nos processos produtivos (a “revolução dos administradores”), que resultava na conformação de um modo de produção historicamente novo (a “sociedade dos administradores”). Cabe registrar que tanto Rizzi quanto Burnham sustentaram metodologicamente suas análises numa radicalização do determinismo tecnicista presente no próprio pensamento de Trotsky.

Já as posições de Schachtman se sustentavam sobre bases diferentes (Schachtman, 1962). Sua crítica teórica fundamental de Trotsky se dirigiu contra a separação conceitual, feita por este, dos poderes político e econômico do estado operário. Segundo Schachtman, esta separação conceitual e institucional só seria concebível em sociedades capitalistas, nas quais a burguesia se vale da sua supremacia econômica (isto é, da sua propriedade privada sobre os meios de produção fundamentais) para conformar o seu poder social em uma esfera política estruturada separadamente. Como os trabalhadores

não possuem propriedade própria sobre os meios de produção *antes* da tomada do poder, eles se apropriam das forças produtivas (via revolução) *através da esfera política* (o Estado operário). Seu poder social, portanto, é inseparável do seu poder político. Por isso, a tese de Trotsky de que o proletariado foi “politicamente expropriado” pela burocracia em um Estado que continuaria sendo operário (em função da predominância de formas sociais de propriedade) não faria sentido: o Estado só pode ser concebido como “operário” na medida em que os trabalhadores exerçam efetivamente o poder político na sociedade (*idem*, pp. 43-4). Schachtman, assim como Rizzi, enfatizava a necessidade de se distinguir teórica e conceitualmente as “formas de propriedade” das “relações de produção”, destacando que, no caso do Estado operário, as formas de estruturação da esfera política são *determinantes* das relações de produção.

Com base neste raciocínio teórico, Schachtman afirmou a inexistência de um “Estado operário” na URSS, caracterizando-o como um “Estado burocrático coletivista”. Este “coletivismo burocrático”, no entanto, era concebido em termos diferentes de Rizzi e Burnham. Para Schachtman, tratar-se-ia de um fenômeno limitado à União Soviética, fruto de uma conjuntura histórica única (*idem*, p. 81). Os expurgos do final dos anos 30 teriam coroado um processo de contrarrevolução que alterou o caráter de classe do Estado soviético, consolidando a burocracia como nova classe dominante. O marco político desse coroamento teria sido a “liquidação” dos soviets na Constituição de 1936 (que reintroduziu o princípio do sufrágio universal na URSS). A conquista definitiva do poder pela burocracia teria, portanto, dissipado as relações de propriedade estabelecidas pela revolução bolchevique.

Segundo Schachtman, o reconhecimento da necessidade de uma nova revolução *política* na URSS por Trotsky, a partir de 1933, indicaria que ele também intuiu essa alteração fundamental, mas não ousou levar essa intuição às últimas consequências

(ficando preso, portanto, a uma formulação contraditória). Para o dissidente trotskista, o que se impunha para os trabalhadores soviéticos era uma nova revolução tanto *política* quanto *social* contra a classe burocrática dominante. Sua evolução posterior, no entanto, foi marcada por um progressivo afastamento de posições marxistas e um crescente alinhamento com a política externa norte-americana no âmbito da Guerra Fria — a ponto de apoiar, antes de morrer, em 1972, a participação dos Estados Unidos na invasão da Baía dos Porcos em Cuba e na Guerra do Vietnã (Bellis, 1979, p. 111).

Leituras Dissidentes no Leste: Milovan Djilas e as Interpretações Iugoslavas

Possivelmente marcados pela singularidade das suas experiências pessoais, a tese da emergência de um novo modo de produção *específico* nas sociedades de tipo soviético foi incorporada, no pós-guerra, pela maior parte dos círculos marxistas dissidentes no Leste. O trabalho precursor dessa incorporação foi, sem dúvida, o famoso livro *A Nova Classe*, do ex-dirigente da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, Milovan Djilas, recém-falecido (Djilas, 1958). Do ponto de vista teórico, sua análise não traz qualquer inovação importante em relação às reflexões de Rizzi e Schachtman que acabamos de ver. Do primeiro, ele incorpora a distinção conceitual entre formas jurídicas de propriedade e controle efetivo da produção. Assim, para Djilas:

“O direito à propriedade é o direito ao lucro e ao controle. Definido-se as vantagens de classe segundo esse direito, os Estados comunistas terão visto, em última análise, a origem de uma nova forma de propriedade ou de uma nova classe governante e exploradora [...]. Em contraste com as antigas revoluções, a comunista, feita em nome da extinção das classes, resultou na mais completa autoridade de uma única e nova classe. O resto é logro e ilusão.” (idem, pp. 58-9).

De Schachtman, o dissidente iugoslavo herdou a identificação da Constituição de 1936 como marco político da formação de uma nova classe exploradora baseada na bu-

rocracia política (idem, p. 62) e também uma preocupação central com as formas assumidas pelo Estado nos países do Leste (idem, pp. 104-47). Ao contrário dos dissidentes trotskistas, no entanto, Djilas localizou o germe da “nova classe” na concepção de partido desenvolvida por Lênin e praticada pelos bolcheviques, concepção esta que transformaria inevitavelmente esse tipo de partido no alicerce de um Estado totalitário após a tomada do poder (idem, p. 63). No caso específico da União Soviética, berço deste fenômeno, a interpretação de Djilas inspirou um estudo detalhado sobre a composição da suposta “nova classe dominante” pelo historiador Michael Voslensky, após o seu refúgio no Ocidente (Voslensky, 1980).

Se a obra de Djilas carece de qualquer contribuição teórica mais substantiva, resta perguntar: por que ela teve tamanha repercussão? Parece-me que a resposta reside no próprio perfil pessoal do autor: um dos mais altos dirigentes do Partido e do Estado da Iugoslávia, presidente do Parlamento Nacional desse país até a sua expulsão da Liga dos Comunistas, em 1954, e posterior prisão. Ou seja, alguém que referenciava a sua caracterização teórica em uma rica e intensa experiência pessoal na direção dos fenômenos que analisava, o que conferia a essa caracterização maior credibilidade e legitimidade. O fato é que a sua análise teórica não era propriamente inovadora, nem mesmo dentro do seu país. Após a cisão com a URSS nos anos 50, vários autores de círculos políticos e acadêmicos “oficiais” (ou tolerados) da Iugoslávia passaram a identificar a existência de um “novo modo de produção estatista” nos países do bloco soviético (entre outros, Popovic, 1963; Vranicki, 1972 e 1974; Stojanovic, 1973; Markovic, 1977). O “crime” de Djilas parece ter sido o de aplicar esse enfoque à própria Iugoslávia...

Rudolf Bahro

Os anos 70 testemunharam o surgimento de interpretações teóricas bem mais sofisticadas (embora menos badaladas) entre autores marxistas dissidentes nos países do Les-

te. Uma das mais interessantes foi desenvolvida pelo alemão-oriental Rudolf Bahro (1980). Este fundamentou a sua caracterização das sociedades de tipo soviético em uma analogia com os processos históricos de transição de sociedades primitivas para as primeiras sociedades de classe (processos marcados pelo predomínio do “despotismo agrário” ou do “modo de produção asiático”). Estas sociedades de transição cobririam um vasto período histórico, nos marcos do qual sociedades com uma divisão de trabalho embrionária e quase natural, sem produto excedente estável, transformaram-se em sociedades com uma crescente divisão social do trabalho e um produto excedente estável o suficiente para eximir do trabalho produtivo uma parte de seus membros (Gilly, 1985, p. 9). Para Bahro, a chave para a compreensão das sociedades de tipo soviético residia em compreendê-las como sociedades marcadas por uma transição histórica análoga, mas em direção oposta: da sociedade de classes para a sociedade sem classes. Nesta transição, embora a propriedade privada dos meios de produção já tivesse sido abolida, persistia a divisão entre o trabalho manual e intelectual, porque o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas ainda não permitia a absorção do trabalho excedente pelo trabalho necessário.

Os ecos de Trotsky nesta formulação são evidentes. Mas há diferenças importantes. A mais crucial é que Bahro concebe a “sociedade de transição” como um vasto processo histórico que se auto-reproduz, e não como um período necessariamente curto, instável, temporário e sem dinâmica própria. Na sua visão, esse tipo de transição é fruto do bloqueio, pelos países capitalistas centrais, de qualquer possibilidade de industrialização dos países dependentes e “subdesenvolvidos” na economia mundial. Por causa disto, o impulso para a industrialização tomou corpo em movimentos revolucionários que procuraram vias *não-capitalistas* para a sociedade industrial. Este seria o verdadeiro sentido da Revolução de Outubro na Rússia (país classificado por Bahro como “pré-capi-

talista” até a tomada do poder pelos bolcheviques), embora Lênin e seus companheiros não tivessem consciência disso.

A tentativa de construir o socialismo nessas condições de atraso teria resultado numa espécie de “despotismo industrial”: a socialização da produção assumiu “a forma alienada de uma estatização baseada numa superação frustrada da antiga divisão do trabalho” (Bahro, 1980, p. 16). Entre os traços centrais deste despotismo industrial estariam a organização burocrático-centralista de toda a sociedade; o caráter estratificado desta; a impotência dos que participam diretamente da produção; a relativa debilidade dos impulsos produtivos; e uma organização político-ideológica típica de um Estado teocrático. A “exploração” que persistiria neste tipo de sociedade seria um fenômeno essencialmente político, isto é, reflexo da distribuição (desigual) do poder político (*idem*, p. 94). Para Bahro, a revolução soviética estava condenada a este tipo de desfecho desde o seu início, dadas as condições estruturais sobre as quais se desenvolveu (*enfoque análogo ao determinismo estrutural da Sociologia Histórica ocidental, discutida na primeira parte da resenha*).

Agnes Heller e a Escola de Budapeste

O tema da alienação também ocupa lugar central na caracterização das sociedades de tipo soviético pelos ex-colaboradores e alunos de György Lukács agrupados na chamada Escola de Budapeste.²² A principal inovação teórica introduzida por estes foi a identificação de uma nova formação socioeconômica nos países do Leste, marcada pela monopolização de todos os meios de organização e intercâmbio social pelo aparelho estatal. Esta nova sociedade, distinta tanto do capitalismo quanto do socialismo e com elevada capacidade de auto-reprodução, foi batizada por eles de “ditadura sobre as necessidades” (Feher *et alii*, 1983).

Cabe ressaltar que esta nova sociedade não é concebida conceitualmente como um “modo de produção”. Num enfoque próxi-

mo ao de Hilferding, os autores argumentam que a estatização da propriedade é apenas a faceta econômica de um sistema total de dominação social (*idem*, p. 70). Curiosamente, esta dominação não é identificada com a emergência de uma nova classe dominante (já que, referenciados em Weber (1982, p. 214), eles sustentam que o conceito de “classe” só faria sentido em sociedades reguladas pelo mercado). Ela expressaria, isto sim, o controle do estamento superior da burocracia estatal-partidária sobre toda a vida social (Feher *et alii*, 1983, p. 131). Assim como Weber e Michels, os pensadores da Escola de Budapeste localizam a origem desta nova forma de dominação em impasses do próprio projeto socialista, e não nas condições históricas de atraso enfrentadas pelas experiências revolucionárias ou na “traição” de princípios socialistas originais.

As reflexões de Agnes Heller sobre as necessidades humanas são basilares para o desenvolvimento desta interpretação (Heller, 1976). Para ela, os bolcheviques herdaram do romanticismo da Revolução Francesa, via Marx, a identificação conceitual da *liberdade* com a *igualdade* (e a compreensão do socialismo como priorização da última). No poder, esses revolucionários buscaram erguer uma sociedade em que todos fossem iguais, e as bases do conflito social (inclusive entre as classes) fossem superadas. Mas isto teria implicado deslocar a compreensão das necessidades como expressão do sujeito individual, em favor de uma visão globalizante da “necessidade social” que deveria comandar a organização de toda a sociedade (passando por cima de “necessidades individuais particulares”). O problema crucial, aqui, é que as necessidades humanas são *historicamente produzidas*, e não podem ser determinadas a partir de uma identificação, em separado, da “natureza humana” ou das “leis do desenvolvimento social”. Os revolucionários russos (assim como seus predecessores franceses) teriam se arvorado em *árbitros* da necessidade social, impondo sobre a sua sociedade plural um modelo único e ideal de necessidades. O resultado foi o estabeleci-

mento de uma “ditadura sobre as necessidades”, na qual a estrutura política totalizadora só permitia a satisfação de necessidades por ela reconhecida como “reais”, e reprimia as demais. Ao insistir na regulação (e eventual eliminação) da vida privada conforme o ideal oficial de necessidade social, o sistema se tornava totalitário. Em suma, a ênfase socialista na *igualdade* teria sido progenitora do *despotismo* nos estados de tipo soviético.

Desenvolvimentos no Marxismo Ocidental: Paul Sweezy e o Legado de 1968

No âmbito da esquerda ocidental, o duplo impacto da cisão sino-soviética e das rebeliões estudantis-juvenis nos anos 60 também reavivou a identificação de uma “nova classe dominante” nos países do Leste. Entre os líderes da rebelião de maio de 68 na França, essa identificação materializou-se na recuperação de antigas posições anarquistas e sindicalistas, e na transcrição quase que literal da análise de Burnham sobre a generalização do fenômeno burocrático e a emergência de uma nova classe dominante de administradores no mundo (Cohn-Bendit e Cohn-Bendit, 1969). Mas a tese do “novo modo de produção” ganhou adeptos mesmo entre expoentes mais tradicionais do pensamento marxista no Ocidente, como o renomado economista norte-americano Paul Sweezy.

Após a grande cisão do movimento comunista no início dos anos 60, a questão da natureza das sociedades pós-revolucionárias no Leste tornou-se uma preocupação teórica central para Sweezy. Suas reflexões sobre o tema começaram pela defesa inicial da natureza socialista da URSS, para em seguida se aproximar da interpretação trotskista clássica, até concluir pela inconsistência destas leituras e formular a tese do surgimento de um novo modo de produção na sociedade soviética. A evolução do seu pensamento entre 1967 e 1980 pode ser acompanhada nos artigos reunidos no livro *A Sociedade Pós-Revolucionária* (Sweezy, 1981).

Em 1967, Sweezy não admitia a existên-

cia de uma nova classe dominante nos países do Leste, mas apenas de um “estrato dirigente”. Ele garantia, na época, que só várias gerações de transmissão hereditária de privilégios e soerguimento de barreiras à mobilidade ascendente poderiam transformar esse “estrato” numa “classe” (*idem*, p. 23). No início dos anos 70, no entanto, ele já identificava essa classe nos escalões superiores dos aparelhos do Partido, do Estado e do militar. No caso da URSS, ela teria se moldado gradualmente a partir da década de 30, até constituir-se em uma classe dominante consciente de si mesma e essencialmente auto-reprodutora (*idem*, p. 125). Sua formação conduziu a sociedade soviética (e a dos demais Estados que a adotaram como modelo) para um novo modo de produção, nem socialista, nem capitalista. Segundo Sweezy, essa formação social não poderia ser concebida como uma “sociedade de transição” porque mantinha suas próprias leis específicas de desenvolvimento e era capaz de auto-reprodução autônoma. Outros autores marxistas no Ocidente desenvolveram análises nesta mesma linha de raciocínio, entre os quais eu destacaria Samir Amin (s/d. e 1992) e Simon Clarke (Clarke *et alii*, 1993).

Um Balanço Parcial

Numa passagem em que busca apresentar de forma bastante resumida e sintética o seu argumento, Sweezy revela a estrutura de raciocínio que sustenta praticamente todas as interpretações resenhadas nesta seção: as sociedades de tipo soviético não se comportam da maneira prevista para o socialismo por Marx; elas tampouco conformam o padrão de funcionamento próprio do capitalismo; logo, só podem ser um novo tipo de sociedade fundada em um modo de produção não previsto originalmente pela teoria marxista (*idem*, p. 118). A simplicidade do argumento o torna bastante sedutor. Ao cogitar possibilidades de desenvolvimento para civilização moderna além da tradicional dicotomia entre capitalismo e socialismo (o marxismo clássico só concebia como terceira alternativa a *barbárie*, isto é, a negação da própria

civilização), ele também estimula a nossa “imaginação sociológica” a ousar vôos mais criativos. Mas tudo isso é insuficiente para superar limitações cruciais do argumento — tanto no que se refere à sua construção teórico-metodológica, quanto à sua consistência empírica e conceitual.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o conjunto das interpretações resenhadas nesta seção apoiou-se no que poderíamos chamar de “tipo ideal weberiano negativo”. Compreendendo o socialismo como alternativa às mazelas e contradições fundamentais do capitalismo, os autores projetam as características mais negativas deste em um tipo ideal e concebem o socialismo como o oposto. Se o tipo ideal capitalista é marcado por relações sociais desiguais e hierarquizadas, pelo despotismo da propriedade privada na produção, pela subordinação da humanidade à ação incontrolável do mercado, por formas representativas formais de democracia, pela prevalência de valores individualistas guiados por uma racionalidade meramente instrumental etc., o tipo ideal socialista é caracterizado por relações sociais igualitárias e horizontais, pela associação livre dos produtores em unidades coletivas de produção, pela substituição do mercado pela regulação planejada e consciente de toda a vida social, por formas substantivas de democracia direta e participativa, pelo predomínio de valores solidários voltados para o bem comum etc. Na medida em que os estados do Leste não correspondem a este tipo ideal — mas tampouco reproduzem as características básicas do capitalismo, como a predominância da propriedade privada e a economia de mercado — eles são concebidos como um novo tipo de sociedade cujos contornos básicos têm de ser melhor definidos.

O problema com esta abordagem é o seu utopismo idealista. Não estou me referindo, aqui, à “utopia” no sentido positivo — o de vislumbrar alternativas políticas, econômicas e sociais para além das instituições, estruturas e relações em existência. Refiro-me à “utopia” no seu sentido negativo (de “lugar nenhum”) — a não-confrontação com os

problemas e impasses que a construção de tais alternativas acarreta. O pensamento de Marx não está isento deste utopismo/voluntarismo, mas sua discussão do socialismo (como primeira fase do comunismo) pelo menos procura confrontar realisticamente alguns dos condicionantes e limitações básicos que afligiriam a construção de uma sociedade sem classes alternativa ao capitalismo no mundo moderno. Esta é a base da sua divergência com Bakunin e com os anarquistas de uma maneira geral. Isto no século passado, antes de qualquer tentativa mais séria de materializar historicamente a alternativa socialista. Mais de cem anos depois, não é o caso de ficarmos presos à *letra* das suas formulações, e sim de confrontarmos os novos problemas e impasses revelados pelas tentativas de construção do socialismo no século XX.

A base teórico-metodológica adotada pela maior parte dos autores resenhados nesta seção, no entanto, dá um passo *atrás* em direção a Bakunin. Tomemos, por exemplo, a distinção conceitual feita por estes autores entre a “nacionalização” e a “socialização” dos meios de produção. É certo que a “efetiva socialização” não pode ser confundida com simples estatização das forças produtivas. Mas a eliminação das relações hierárquicas na divisão técnica do trabalho (a “socialização plena”) depende da *superação* das diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual na sociedade que fundamentam a distinção entre tarefas de direção e tarefas de execução no processo produtivo. Ou seja, com base na discussão de Marx sobre as fases da construção de uma sociedade sem classes que vimos anteriormente, a “socialização efetiva” só se verifica na conclusão da transição histórica entre a primeira e segunda fases do comunismo. Nesta visão, a “centralização progressiva de todos os meios de produção nas mãos do Estado” (Marx e Engels, 1976, p. 37), isto é a nacionalização/estatização, é a base para *iniciar* o processo de efetiva socialização do processo produtivo, que constitui a própria essência do socialismo (enquanto *etapa de transição*). Conceber

esta socialização como pré-condição do socialismo é, portanto, negar a sua própria essência e, em última instância, torná-lo tão impossível quanto a utopia anarquista de Bakunin.

Problemas teóricos análogos podem ser vistos na discussão das formas democráticas de estruturação do Estado e da produção no socialismo. Já vimos como, para Marx, as normas de repartição no socialismo ainda tinham de ser baseadas no “direito burguês”, devido à continuada predominância de relações “alienadas” na sociedade. Sem isto, a ética do trabalho se decomporia e a sociedade socialista não seria capaz de criar as condições materiais para a sua passagem a uma fase superior (uma vez mais, o processo histórico de superação da alienação comporia a própria essência do socialismo enquanto etapa de transição). Nestas condições, a simples generalização de mecanismos de democracia direta e participativa no Estado e na produção tenderia a afirmar interesses locais e individuais (movidos pela lógica alienada da maximização dos benefícios particulares) *contra* o interesse da coletividade — o que também determinaria, no limite, a própria impossibilidade da auto-reprodução ampliada da sociedade socialista.

A resolução democrática deste impasse no socialismo exige a constituição de instituições políticas *representativas* para compor esse “interesse coletivo” de forma transparente. Em outras palavras, em analogia com a caracterização do Estado burguês como “capitalista coletivo ideal” por Engels (1977, p. 54), o Estado socialista tem de constituir-se democraticamente em “proletário coletivo ideal”. Deste ângulo, as experiências de fusão partido-Estado nos países do Leste podem ser vistas como uma resposta *não-democrática* a este dilema socialista. A ênfase unilateral em formas de democracia direta e participativa, por sua vez, é incapaz sequer de formular o problema, quanto mais de achar uma resposta.

O resultado da opção teórico-metodológica pelo “tipo ideal negativo” adotada pela maior parte dos autores resenhados nesta se-

ção é, assim, o não-confronto teórico e político com problemas e impasses cruciais do próprio projeto socialista. Isto não se aplica, evidentemente, às análises de Michels/Pareto e dos autores agrupados na chamada Escola de Budapeste. Os primeiros, como vimos, negam a própria viabilidade do socialismo. Suas formulações merecem, hoje, um reexame mais profundo, à luz do colapso dos Estados de tipo soviético no Leste. Os segundos não estão inteiramente isentos do idealismo criticado acima.

Numa abordagem muito influenciada pelo enfoque dos “comunistas conselhistas” (que analisaremos no próximo artigo), Agnes Heller apresenta como solução para o dilema indicado acima a montagem de uma espécie de “Estado dual”: por um lado, deveria erguer-se um aparelho democrático de deliberação e ação executiva, capaz de maximizar o controle da vida social; por outro, deveria generalizar-se a montagem de cooperativas independentes e participativas, dispondo do capital necessário para assegurar sua viabilidade e estabilidade (Heller, 1985). Mas o problema, como vimos, é que, nas condições próprias do socialismo, um lado deste Estado entra em contradição com o outro. Heller argumenta que o segundo pode ser subordinado legitimamente ao primeiro apenas se este se fundamentar racionalmente sobre valores éticos universalmente aceitos. Mas isto implica que, na sua ação, o aparelho político deve distinguir as necessidades sociais que conformam com estes valores daqueles que não conformam. Só que isto reintroduz, precisamente, a metafísica da discriminação de necessidades que, na sua análise, está na origem do totalitarismo no Leste. Voltamos, assim, ao ponto de partida, sem solução...

Os problemas empíricos e conceituais enfrentados pela tese do “novo modo de produção no Leste” são ainda mais evidentes. Alguns agravam observações críticas já feitas em relação a Trotsky, como a inaplica-

bilidade do conceito tradicional (weberiano) de burocracia nos Estados de tipo soviético; a imprecisão das fronteiras da “nova classe dominante” no âmbito da burocracia; e a inadequação de se identificar a constituição dessa dominação de classe estruturada na burocracia no exato período em que esta é violentamente reprimida e expurgada. Mais fundamental, no entanto, é a inadequação revelada pelos próprios acontecimentos pós-89: o colapso rápido e fulminante das sociedades de tipo soviético no Leste revelou que elas *não estavam estruturadas sobre um modo de produção capaz de prolongada auto-reprodução histórica*. A facilidade com que os governantes desses Estados abriram mão do poder (à exceção da Romênia) revela, igualmente, que a sua caracterização como uma “nova classe dominante” era inadequada — afinal, que classe abriria mão da sua “dominação” e privilégios tão facilmente? Por fim, o colapso do “bloco soviético” no Leste, e a profunda crise econômica, política e social que se lhe seguiu, mostram que a sua evolução fundamental não vinha operando no sentido da *convergência* com o Ocidente. Pelo contrário, o que houve foi a *derrota* dos Estados do Leste diante de um sistema internacional dominado e hegemônico pelas principais potências ocidentais, a que se seguiu o desmantelamento dos pilares fundamentais de seu sistema econômico-social em nome da integração com o Ocidente.

Estes desenvolvimentos minaram também a credibilidade das interpretações marxistas que classificavam as sociedades de tipo soviético como já capitalistas *antes* do colapso. Estas serão analisadas em número futuro do *BIB*, que contará, ainda, com um balanço geral das leituras ocidentais e marxistas à luz dos desenvolvimentos históricos que culminaram no colapso do antigo “campo socialista” e na crise multilateral que se lhe seguiu.

(Recebido para publicação
em maio de 1995)

Notas

1. Por exemplo, será que as formulações sobre a “etapa superior do comunismo” não são meramente utópicas (no sentido negativo)? Se “escassez” e “abundância” são termos relativos, como conceber a possibilidade de uma sociedade produzir “abundância” de todos os seus produtos, ou mesmo dos seus produtos fundamentais? Se a sociedade socialista ainda está impregnada de valores burgueses e pré-burgueses, que forças-motrices podem impulsionar a transição para o comunismo? Será que a necessidade imperiosa de elevar a produtividade econômica no socialismo não entra em contradição com a perspectiva da progressiva superação das diferenças de classe, que é a sua própria razão de ser? Para uma discussão inteligente destas (e outras) questões, ver Moore (1980).
2. Na verdade, essa posição remonta a reflexões do próprio Marx, que argumentou especificamente não só a possibilidade, mas a imperiosa necessidade do proletariado, na sua revolução, estabelecer uma sólida aliança com a massa de camponeses. Isto implicava a incorporação (e encaminhamento) das suas principais reivindicações do campesinato, mesmo (ou, sobretudo) nos países em que ele forma a maioria da população. Ver Marx (1977c, p. 561).
3. Esta era a base da divergência entre Lênin e Bukharin, e não propriamente a definição do socialismo. Quanto a esta, Bukharin estava de acordo com Lênin ao identificar a propriedade comum (por meio do Estado) dos meios de produção e de troca como fundamento da primeira fase da sociedade comunista (Bukharin, 1980, pp. 46 e 54; 1979).
4. Para uma descrição deste processo, ver Fejtő (1975).
5. Ver, por exemplo, Revunenkov (1961), sobretudo a Parte III — “A formação do sistema socialista mundial”.
6. Ver, também, a crítica ao maximalismo da “economia política radical de esquerda” nos Estados Unidos em Osadtschaia *et alii* (1985, pp. 411-8).
7. A aguda polêmica travada entre Lênin e Kautsky depois da elaboração destas observações por Rosa Luxemburgo indicam que esta era uma apreciação simplista e inadequada da posição de ambos sobre essa questão. Ver os principais textos desta polêmica em Kautsky (1979) e Lênin (1979g).
8. Ela seria *política* e não *social*, justamente porque as bases socioeconômicas da transição para o socialismo ainda continuavam de pé.
9. Para um apanhado geral da polêmica no interior do Partido Bolchevique sobre a “construção do socialismo em um só país”, ver Medvedev (1981).
10. Examine isto no meu livro *URSS, Ascensão e Queda* (Fernandes, 1992).
11. Ver a sua obra clássica *Economia e Sociedade*, sobretudo o 3.º cap., Parte I, vol. I e o 11.º cap., vol. II (Weber, 1978).
12. Para um relato da comoção teórica e política provocada pela guinada contra a NEP entre diversos grupos de opositoristas presos na URSS, ver Ciliga (1951).
13. Num contato com o falecido Ralph Miliband, em que levantei esta questão, ele relatou que havia conversado com o próprio Deutscher a respeito. Este teria insistido que os expurgos dos anos 30 atacaram “os burocratas”, mas não a “burocracia”. Da mesma forma, era a “burocracia” (mas não necessariamente os “burocratas”) que dominava o poder soviético na época. Confesso que não fiquei satisfeito com essa abordagem do problema. Não consigo entender, teórica e conceitualmente, dominação da “burocracia” a não ser como dominação “dos burocratas”. É um problema análogo ao do célebre debate entre Poulantzas e Miliband sobre o caráter de classe do Estado (Poulantzas, 1969; Miliband, 1970 e 1973). Para o primeiro, este era determinado pelas relações sociais de

produção predominantes na sociedade, e prescindia de uma análise empírico-concreta da sua institucionalidade. Miliband criticou o estruturalismo estreito desta abordagem (com razão, acredito) e insistiu na necessidade de examinar as formas concretas de materialização da dominação de classe no Estado. Penso que a mesma postura metodológica é válida para a apreciação da relação entre o poder político e a burocracia na URSS.

14. Este ponto é levantado, também, por Perry Anderson (1983).
15. Esta incongruência se expressou nas vacilações dos herdeiros de Trotsky na IV Internacional diante da constituição do “campo socialista” nos países do Leste libertados pelo Exército Vermelho. Inicialmente, os governos de coalizão lá montados foram denunciados como exemplo do conluio do poder soviético com as burguesias locais. Após a ruptura destas coalizões e a adoção generalizada de medidas de nacionalização e coletivização em 1947-48, eles passaram a ser caracterizados como “Estados operários deformados” — Estados que não tinham passado por processos revolucionários endógenos e já nasciam com deformações burocráticas por incorporarem o “modelo socialista” imposto pela URSS (fruto da degeneração de um processo revolucionário anterior). Para avaliações distintas deste posicionamento oscilante da IV Internacional, ver McNeal (1977), Bellis (1979) e Coggiola (1990).
16. Ver, por exemplo, Jacobson (1972).
17. Ver Bakunin (1989) e os textos agrupados nos capítulos “Polêmica com Marx” e “Bakunin e Marx sobre a Comuna” em Bakunin (1983).
18. A radicalização da crítica ao caráter ilusório e elitista da democracia nos países ocidentais, por sinal, fez com que ambos chegassem a simpatizar com o movimento fascista na sua fase inicial. Esta aproximação com o fascismo foi muito mais séria e duradoura em Michels do que em Sorel. Este último morreu, em 1922, entusiasmado com Lênin e o triunfo da Revolução Soviética, que ele erradamente identificou como um movimento “antiintelectual” (ver o pós-escrito ao prefácio de Sorel, 1919).
19. Ver, por exemplo, o conteúdo do discurso de Dan ao VIII Congresso dos Sovietes, em dezembro de 1920, reproduzido em Liebich (1986, p. 347).
20. Ver, por exemplo, os editoriais de 4 de maio de 1921 e 17 de dezembro de 1923 da revista *Socialističeski Vestnik*, porta-voz dos mencheviques, *apud* Liebich (1986, p. 348).
21. Sobre a evolução geral da Escola de Frankfurt no âmbito do marxismo ocidental, ver Anderson (1976), Merquior (1987), McLellan (1987), Howard (1988), Assoun (1989) e Kolakowski (1985, vol. 3). Para a discussão específica de autores da Escola sobre o totalitarismo e o Estado soviético, ver Horkheimer (1973) e, sobretudo, Marcuse (1964, 1969 e 1978).
22. Entre estes, destacam-se Ferenc Feher, Agnes Heller, György Márkus e Mihály Vajda.

Bibliografia

I. Resenhas Gerais sobre as Interpretações Marxistas dos Estados e Sociedades de Tipo Soviético

Anderson, Perry

1976 *Considerations on Western Marxism*. Londres, Verso.

Bellis, Paul

1979 *Marxism and the USSR*. Nova Jersey Humanities.

Boffa, Giuseppe

1992 *The Stalin Phenomenon*. Ithaca, Cornell University Press.

- Bottomore, Tom (ed.)
1988 *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Claudin, Fernando
1983 *A Oposição no "Socialismo Real"*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Desjardins, Robert
1988 *The Soviet Union Through French Eyes, 1945-1985*. Londres, Macmillan.
- Fages, J. B.
1974 *Introdução aos Marxismos*. Lisboa, Moraes.
- Feher, Ferenc
1990 "Soviet-Type Societies: The Need for New Theory". *Problems of Communism*, vol. 40, n.º 3.
- Howard, Dick
1988 *The Marxian Legacy*. Londres, Macmillan.
- Kolakowski, Leszek
1985 *Main Currents of Marxism*. Oxford, Oxford University Press, 3 vols.
- Liebich, André
1986 "Os Mencheviques diante da Construção da URSS", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.
- McLellan, David
1987 *Marxism after Marx*. Londres, Macmillan.
- Merquior, José Guilherme
1987 *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Morel, Henri
1977 "As Discussões sobre a Natureza dos Países do Leste (Até a II Guerra Mundial)", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
- Rakovski, Marc
1977 "Marxism and the Analysis of Soviet Societies". *Capital and Class*, n.º 1.
- Salvadori, Massimo
1986 "A Crítica Marxista ao Stalinismo", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.

II. Indicações Bibliográficas para as Interpretações Marxista Centradas no Conceito de Socialismo

- Aurthur, Jonathan
1977 *Socialism in the Soviet Union*. Chicago, Workers Press.
- Bobbio, Norberto
1987 *Qual Socialismo?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Bukharin, Nikolai
1980 *ABC do Comunismo*. São Paulo, Global.
- Carrillo, Santiago
1978 *"Eurocomunismo" e Estado*. Rio de Janeiro, DIFEL.
- Chevstov, V.
1981 *O PCUS e o Estado na Sociedade Socialista Desenvolvida*. Moscou, Progresso.

- Dan, Theodore
1964 *The Origins of Bolshevism*. Nova Iorque, s/e.
- Davis, Howard e Scase, Richard
1985 *Western Capitalism and State Socialism*. Oxford, Basil Blackwell.
- Engels, Friedrich
1977 “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1.
- Fejtö, François
1975 *As Democracias Populares: I. A Era de Estaline*. Mem Martins, Europa-América.
- Kruschev, Nikita
1970 *Rapport Secret de Krouchtchev sur Staline au XX Congrès du P.C. Soviétique*. Paris, Champ Libre.
- Lane, David
1978a *The Socialist Industrial State*. Londres, George Allen & Unwin.
1978b “Towards a Political Sociology of State Socialist Society”, in S. McInnes *et alii*, *The Soviet Union and East Europe in the 1980's*. Ontario, Mosaic.
1981 *Leninism: A Sociological Interpretation*. Cambridge, Cambridge University Press.
1986 *Politics in the USSR*. Boston, Little Brown.
1992 *Russia in Flux: the Political and Social Consequences of Reform*. Londres, Edward Elgar.
- Lavigne, Marie
1979 *Les Économies Socialistes Soviétique et Européennes*. Paris, Armand Colin.
- Lavigne, Marie e Andreff, Wladimir
1985a *La Réalité Socialiste — Crise, Adaptation, Progrès*. Paris, Economica.
1985b *Economie Internationale des Pays Socialistes*. Paris, Armand Colin.
- Lênin, Vladimir Ilitch
1978a “Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 2.
1978b “As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 2.
1978c “O Infantilismo ‘de Esquerda’ e o Espírito Pequeno-Burguês”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 2.
1979a “Sobre a Cooperação”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 3.
1979b “Sobre a Nossa Revolução”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 3.
1979c “Sobre o Imposto em Espécie”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 3.
- Liebich, André
1986 “Os Mencheviques diante da Construção da URSS”, in E. Hobsbawm *et alii*, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.
- Marramao, Giacomo
1990 *O Político e as Transformações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Marx, Karl
1976 “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
1977a “A Guerra Civil na França”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1.

- 1977b “Crítica ao Programa de Gotha”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1.
- 1977c “On Bakunin’s *State and Anarchy*”, in David McLellan (ed.), *Karl Marx — Selected Writings*. Oxford, Oxford University Press.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich
- 1976 “Manifesto do Partido Comunista”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
- Medvedev, Roy
- 1971 *Let History Judge*. Nova Iorque, Alfred Knopf.
- 1974 *Da Democracia Socialista*. Lisboa, Estúdios Cor.
- 1979 *On Stalin and Stalinism*. Oxford, Oxford University Press.
- Moore, Stanley
- 1980 *Marx on the Choice between Socialism and Communism*. Cambridge, Harvard University Press.
- Naville, Pierre
- 1967 *Le Nouveau Léviathan. De l’Aliénation à la Jouissance*. Paris, Anthropos, vol. 1.
- 1970 *Le Nouveau Léviathan. Le Salaire Socialiste: les Rapports de Production*. Paris, Anthropos, vol. 2.
- 1970 *Le Nouveau Léviathan. Le Salaire Socialiste: sur l’Histoire Moderne des Théories de la Valeur et de la Plus-Value*. Paris, Anthropos, vol. 3.
- 1972 *Le Nouveau Léviathan. La Burocratie et la Révolution*. Paris, Anthropos, vol. 5.
- 1974 *Le Nouveau Léviathan. Les Échange Socialistes*. Paris, Anthropos, vol. 4.
- 1975 *La Révolution et les Intellectuels*. Paris, Gallimard.
- Osadtschaia, I.; Entov, R.; Kapeliuchnikov, R.; Koslova, K.; Kotchevrine, I.; Kuznetsov, V.; Usokine, V. e Chenaiev, V.
- 1985 *Teorias Econômicas Não Marxistas nas Décadas de 70 e 80*. Moscou, Progresso.
- PCUS (Partido Comunista da União Soviética)
- 1971 “The New Program of the Communist Party of the Soviet Union”, in Arthur Mendel (ed.), *Essential Works of Marxism*. Nova Iorque, Bantam.
- Petchenev, V.
- 1985 “Sobre Algumas Particularidades da Realização do Ideal Socialista na Etapa Atual”, in R. Ivanovski et alii, *Sociedade Soviética: Problemas Socioeconômicos*. Moscou, Academia das Ciências da URSS.
- Revunenkov, V. G.
- 1961 *História dos Tempos Atuais (1917/1957)*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Silver, Geoffrey e Tarpinian, Gregory
- 1980 “Marxism and Socialism”, *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Skurski, Roger
- 1980 “Socialism and the Consumer in the USSR”, *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Stalin, Josef
- 1977a “Informe ante el XVII Congreso del Partido acerca de la Labor del CC del PC (b) de la URSS — 26 de enero de 1934”, in J. Stalin, *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras.
- 1977b “Informe ante el XVIII Congreso del Partido sobre la Labor del CC del PC (b) de la URSS — 10 de marzo de 1939”, in J. Stalin, *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras.

- Szymanski, Albert
 1983a “Soviet Socialism and Proletarian Internationalism”, in D. Laibman *et alii*, *The Soviet Union: Socialist or Social-Imperialist?*. Chicago, RCP, parte 1.
 1983b “The Red Flag Still Flies”, in C. Kissinger (org.), *The Soviet Union: Socialist or Social-Imperialist?*. Chicago, RCP, parte 2.
 1983c *Is the Red Flag Still Flying?*. Londres, Zed.
 1984 *Human Rights in the Soviet Union*. Londres, Zed.
- Togliatti, Palmiro
 1980 *Socialismo e Democracia — Obras Escolhidas (1944/1964)*. Rio de Janeiro, Muro.
 1981 “Entrevista a *Nuovi Argumenti*”, in J. Kanapa *et alii*, *O Eurocomunismo*. Lisboa, Estampa.
- Unger, Aryeh
 1981 “Constitution (Fundamental Law) of the Union of Soviet Socialist Republics”, in A. Unger (ed.), *Constitutional Development in the USSR*. Londres, Methuen.
- Webb, Sydney e Webb, Beatrice
 1935 *Soviet Communism: A New Civilisation*. Londres, Longman.

III. Indicações Bibliográficas para as Interpretações Marxistas Centradas no Conceito da Degeneração ou Deformação Burocrática de Sociedades Estagnadas na Transição para o Socialismo

- Anderson, Perry
 1983 “Trotsky’s Interpretation of Stalinism”. *New Left Review*, n.º 139.
- Bellis, Paul
 1979 *Marxism and the USSR*. Nova Jersey, Humanities.
- Biro, B.
 1969a “Workers’ States — Problems of Transition, Part I”. *Marxist Studies*, vol. 1, n.º 4.
 1969b “Workers’ States — Problems of Transition, Part II”. *Marxist Studies*, vol. 1, n.º 5.
- Buick, Adam
 1975 “The Myth of Transitional Society”. *Critique*, n.º 5.
- Ciliga, Ante
 1951 *Au Pays du Mensonge Déconcertant*. Paris, Plon.
- Coggiola, Oswaldo
 1990 *Trotsky Ontem e Hoje*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Cox, Michael
 1992 “Trotsky and His Interpreters; or, Will the Real Leon Trotsky Please Stand Up?”. *The Russian Review*, vol. 51, n.º 1.
- Deutscher, Isaac
 1954 *The Prophet Armed*. Londres, Oxford University Press.
 1959 *The Prophet Unarmed*. Londres, Oxford University Press.
 1963 *The Prophet Outcast*. Londres, Oxford University Press.
 1969 *Russia After Stalin*. Londres, Jonathan Cape.
 1984 *Marxism, Wars and Revolutions*. Londres, Verso

- Elster, Jon
1986 "The Theory of Combined and Unequal Development: A Critique", in J. Roemer (ed.), *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Fernandes, Luis
1992 *URSS — Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi.
- Harman, Chris
1969 "The Inconsistencies of Ernest Mandel". *International Socialism*, n.º 41.
- Jacobson, Julius
1972 "Isaac Deutscher: The Anatomy of an Apologist", in J. Jacobson (ed.), *Soviet Communism and the Socialist Vision*. Nova Jersey, Transaction Books.
- Kautsky, Karl
1979 *A Dúvida do Proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Knei-Paz, Barush
1978 *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Clarendon.
1986 "Trotsky: Revolução Permanente e Revolução do Atraso", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 5.
- Lênin, Vladimir Ilitch
1979d "Mais Uma Vez sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros dos Camaradas Trotsky e Bukharin", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol.3.
1979g *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. São Paulo, Ciências Humanas.
1979h "Sobre los Sindicatos, el Momento Actual y los Errores del Camarada Trotsky", in V. I. Lênin, *Acerca de los Sindicatos*. Moscou, Progresso.
- Luxemburgo, Rosa
1972a "The Russian Revolution", in R. Luxemburgo, *The Russian Revolution and Leninism or Marxism*. Michigan, Ann Arbor.
1972b "Leninism or Marxism", in R. Luxemburgo, *The Russian Revolution and Leninism or Marxism*. Michigan, Ann Arbor.
- Mandel, Ernest
1970 "On the Mystifications of State Capitalism". *International*, vol. 1, n.º 2.
1972 "The Soviet Economy Today: Towards Capitalism or Socialism?". *International Socialist Review*, junho.
1974 "Ten Theses on the Social and Economic Laws Governing the Society Transitional Between Capitalism and Socialism". *Critique*, n.º 3.
1980 "The Laws of Motion of the Soviet Economy". *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
1989 *Além da Perestroika*. São Paulo, Busca Vida, 2 vols.
1992 *Power and Money*. Londres, Verso.
- McNeal, Robert
1977 "Trotskyist Interpretations of Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. Nova Iorque, W. W. Norton.
- Medvedev, Roy
1981 "Socialism in One Country", in R. Medvedev, *Leninism and Western Socialism*. Londres, Verso.
- Mendonça, Carlos Eduardo R. de
1994 "O Conceito de 'Revolução Permanente': Trotsky e o Elo Micro/Macro". *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol. 37, n.º 2.

Miliband, Ralph

1970 "The Capitalist State: Reply to Poulantzas". *New Left Review*, n.º 59.

1973 "Poulantzas and the Capitalist State". *New Left Review*, n.º 82.

Poulantzas, Nicos

1969 "The Problem of the Capitalist State". *New Left Review*, n.º 58.

Preobrazhenski, Eugeni

1965 *The New Economics*. Oxford, Oxford University Press.

1973 *From NEP to Socialism*. Londres, New Park.

1980 *The Crisis of Soviet Industrialisation: Selected Essays*. Londres, Macmillan.

1987 "As Perspectivas da Nova Política Económica", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Económica (NEP)*. São Paulo, Global.

Ticktin, Hillel

1973 "Towards a Political Economy of the USSR". *Critique*, n.º 1.

1992 *Origins of the Crisis in the USSR*. Armonk, M.E. Sharpe.

Trotsky, Leon

1941 *Stalin*. Nova Iorque, Harpers.

1963 *Terrorism and Communism*. Michigan, Ann Arbor.

1969 *L'Internationale Après Lenine*. Paris, PUF.

1970 "Not a Workers' and Not a Bourgeois State", in L. Trotsky, *Writings, 1937-1938*. Nova Iorque, Pathfinder.

1972 "The Class Nature of the Soviet State", in L. Trotsky, *Writings, 1933-1934*. Nova Iorque, Pathfinder.

1973a "Thermidor and Bonapartism", in L. Trotsky, *Writings, 1930-1931*. Nova Iorque, Pathfinder.

1973b "Problems of the Development of the USSR", in L. Trotsky, *Writings, 1930-1931*. Nova Iorque, Pathfinder.

1973c *The Workers' State and the Question of Thermidor and Bonapartism*. Londres, editora não especificada.

1975a "First Letter to the Central Committee — October 8, 1923", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

1975b "The New Course", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

1975c "A 'Bloc' with Zinoviev (For a Diary)", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

1977 *A Revolução Permanente*. Lisboa, Antídoto.

1980 *A Revolução Traída*. São Paulo, Global.

1983 *Os Processos de Moscou*. São Paulo, Traço.

1987 "Informe sobre a Nova Política Económica e Suas Condições", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Económica (NEP)*. São Paulo, Global.

Trotsky, Leon *et alii*

1975 "The Platform of the Forty-Six — October 15, 1923", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

Weber, Max

1978 *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 2 vols.

Wolfe, Bertrand

1972 "Introduction", in R. Luxemburgo, *The Russian Revolution and Leninism or Marxism*. Michigan, Ann Arbor.

IV. Indicações Bibliográficas para as Interpretações Marxistas Centradas nos
Conceitos de Um Novo Modo de Produção e Uma Nova Dominação de Classe

- Altvater, Elmar
1980 "The Primacy of Politics in Post-Revolutionary Societies". *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Amin, Samir
s.d. "Expansion and Crisis of Capitalism? (Are the USSR and China Capitalist?). *Contemporary Marxism*, n.º 9.
1992 "Thirty Years of Critique of the Soviet System". *Monthly Review*, vol. 44, n.º 1.
- Arato, Andrew
1985 "Between reductionism and Relativism: Soviet Society as a World System". *Telos*, n.º 63.
1987 "The Budapest School and Actually Existing Socialism". *Theory and Society*, n.º 16.
1993 *From Neo-Marxism to Democratic Theory: Essays on the Critical Theory of Soviet-Type Societies*. Armonk, M. E. Sharpe.
- Anderson, Perry
1976 *Considerations on Western Marxism*. Londres, Verso.
- Assoun, Paul-Laurent
1989 *A Escola de Frankfurt*. Lisboa, Dom Quixote.
- Bahro, Rudolf
1980 *A Alternativa: Para uma Crítica do Socialismo Real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Bakunin, Michael
1983 *Bakunin — Textos Escolhidos*. Porto Alegre, L&PM.
1989 *Escritos contra Marx*. Brasília, Novos Tempos.
- Bukharin, Nikolai
1970 *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert.
1979 *The Politics and Economics of the Transition Period*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Burnham, James
1941 *The Managerial Revolution*. Nova Iorque, John Day.
1943 *The Machiavellians*. Nova Iorque, John Day.
- Carlo, Antonio
1974 "The Socio-Economic Nature of the USSR". *Telos*, n.º 21.
- Clarke, Simon, Fairbrother, Peter, Burawoy, Michael e Krotov, Pavel
1993 *What About the Workers?*. Londres, Verso.
- Cohn-Bendit, Gabriel e Cohn-Bendit, Daniel
1969 *Obsolete Communism — The Left-Wing Alternative*, Harmondsworth. Penguin.
- D'Agostino, A.
1969 "Intelligenstia Socialism and the Workers' Revolution: the Views of J. W. Machajski". *International Review of Social History*, vol. 17, parte 1.
- Djilas, Milovan
1958 *A Nova Classe*. Rio de Janeiro, Agir.

- Feher, Ferenc
 1988 "Inherent Weakness and Unfounded Optimism". *Society*, vol. 25, n.º 4.
 1990 "Soviet-Type Societies: The Need for New Theory". *Problems of Communism*, vol. 40, n.º 3.
 1991 "Marxism as Politics: An Obituary". *Problems of Communism*, vol. 41, n.ºs 1-2
- Feher, Ferenc, e Heller, Agnes
 1977 "Forms of Equality". *Telos*, n.º 32.
 1981 *Marxisme et Démocratie*. Paris, Maspero.
 1985 "Are There Prospects for Change in the USSR and Eastern Europe?". *Praxis International*, n.º 3.
 1987 *Eastern Left, Western Left*. Cambridge, Polity.
- Feher, Ferenc; Heller, Agnes; e Márkus, György
 1983 *Dictatorship Over Needs*. Oxford, Basil Blackwell.
- Geary, Dick
 1987 *Karl Kautsky*. Manchester, Manchester University Press.
- Gilly, Adolfo
 1985 *Sacerdotes e Burocratas: Introdução ao Socialismo Real*. São Paulo, Brasiliense.
- Gramsci, Antônio
 1984 "Robert Michels e os Partidos Políticos", in A. Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Heller, Agnes
 1976 *The Theory of Need in Marx*. Londres, Allison & Busby.
 1985 "The Great Republic". *Praxis International*, n.º 5.
 1988 "Can Communist Regimes be Reformed?". *Society*, vol. 24, n.º 5.
- Heller, Michel
 1984 "Boris Souvarine 1895-1984". *Survey*, vol. 28, n.º 4.
- Hilferding, Rudolf
 1977 "Capitalismo de Estado ou Economia Totalitária?", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
 1985 *Finance Capital*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Horkheimer, Max
 1973 "The Authoritarian State". *Telos*, n.º 15.
- Howard, Dick
 1988 *The Marxian Legacy*. Londres, Macmillan.
- Kautsky, Karl
 1925 *Die Internationale und Sowjetsrussland, Berlim, s/e*.
 1973 *Terrorism and Communism*. Westport, Hyperion.
 1979 *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Kolakowski, Leszek
 1985 *Main Currents of Marxism*. Oxford, Oxford University Press, 3 vols.
- Konrád, George e Szelényi, Ivan
 1979 *The Intellectuals on the Road to Power*. Brighton, Harvester.
- Laiban, David
 1983 "The 'State Capitalist' and 'Bureaucratic-Exploitative' Interpretations of the Soviet Social Formation: A Critique", in D. Laibman et alii, *The Soviet Union: Socialist or Social-Imperialist?*. Chicago, RCP, parte 1.

- Laurat, Lucien
1931 *L'Economie Soviétique. Sa Dynamique. Son Mechanisme*. Paris, Valois.
- Liebich, André
1986 "Os Mencheviques diante da Construção da URSS", in E. Hobsbawm *et alii*, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.
- Luxemburgo, Rosa
1983 *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Machajski, Vaclav
1937 "On the Expropriation of Capitalists", in R. Calverton (ed.), *The Making of Society*. Nova Iorque, Random House.
- Marcuse, Herbert
1964 *One Dimensional Man*. Boston, Beacon.
1969 *Marxismo Soviético*. Rio de Janeiro, Saga.
1978 "Some Social Implications of Modern Technology", in A. Arato e E. Gebhardt (eds.), *The Essential Frankfurt School Reader*. Oxford, Oxford University Press.
- Markovic, Mihailo
1976 *On the Legal Institutions of Socialist Democracy*. Nottingham, Spokesman.
1977 "Stalinism and Marxism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. Nova Iorque, W. W. Norton.
1982 *Democratic Socialism*. Brighton, Harvester.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich
1976 "Manifesto do Partido Comunista", in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
- McLellan, David
1987 *Marxism after Marx*. Londres, Macmillan.
- Merquior, José Guilherme
1987 *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Michels, Robert
1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Morin, Edgard
s.d. *A Natureza da URSS*. Europa-América, Mem Martins.
- Munis, G.
1946 *Los Revolucionarios y el Estalinismo Mundial*. Cidade do México, Revolución.
- Orwell, George
1970a "J. Burnham and the Managerial Revolution", in G. Orwell, *The Collected Essays, Journalism and Letters. Vol. 4 — 1945-1950*. Harmondsworth, Penguin.
1970b "Burnham's View of Contemporary World Struggles", in G. Orwell, *The Collected Essays, Journalism and Letters, Vol. 4 — 1945-1950*. Harmondsworth, Penguin.
- Pádua, José Augusto
1987 "A 'Revanche' de Max Weber". *Comunicação e Política*, n.º 7.
- Polanyi, Karl
1980 *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- Popovic, Milentije
1963 "Appunti su Alcuni Problemi del Pensiero Socialista Contemporaneo", in M. Popovic *et alii*, *Il Pensiero Marxista Contemporaneo nella Prassi Jugoslavia*. Milão, editora não especificada.

- Rakovski, Marc
 1977 “Marxism and the Analysis of Soviet Societies”. *Capital and Class*, n.º 1.
 1978 *Towards an East European Marxism*. Londres, Allison & Busby.
- Rakovsky, Christian
 1969 “The Professional Dangers of Power”. *Marxist Studies*, vol. 1, n.º 3.
- Rocker, Rudolf
 1977 “Os Sovietes Traídos pelos Bolcheviques (o Fracasso do Comunismo de Estado)”,
 in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
- Schachtman, Max
 1962 *The Bureaucratic Revolution*. Nova Iorque, Donald.
- Serge, Victor
 1937 *Destin d'une Revolution*. Paris, Grasset.
 1972 *Year One of the Russian Revolution*. Harmondsworth, Penguin.
- Sorel, Georges
 1919 *Materiaux d'une Théorie du Proletariat*. Paris, Marcel Rivière.
 1972 *Reflections on Violence*. Nova Iorque, Macmillan.
- Souvarine, Boris
 1935 *Staline: Aperçu Historique du Bolchevisme*. Paris, Plon.
- Stenson, Gary
 1991 *Karl Kautsky, 1854-1938*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Stojanovic, Svetozar
 1972 *Crítica del Socialismo de Estado*. Madri, Fundamentos.
 1973 *Between Ideals and the Future*. Oxford, Oxford University Press.
- Sweezy, Paul
 1981 *A Sociedade Pós-Revolucionária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Sweezy, Paul e Bettelheim, Charles
 1971 *On the Transition to Socialism*. Nova Iorque, Monthly Review.
- Vajda, Mihaly
 1981 *The State and Socialism*. Londres, Allison & Busby.
- Voline
 1990 *The Unknown Revolution*. Montreal, Black Rose.
- Voslensky, Michael
 1980 *A Nomenklatura*. Rio de Janeiro, Record.
- Vranicki, Predrag
 1972, 1974 *Geischichte des Marxismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 2 vols.
- Weber, Max
 1978 *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 2 vols.
 1982 *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Weil, Simone
 1977 “Caminharemos Nós para uma Revolução Proletária?”, in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.

V. Indicações Bibliográficas Gerais

- Claudin, Fernando
1970 *La Crisis del Movimiento Comunista*. Paris, Ruedo Ibérico.
- Ellenstein, Jean
1975 *Histoire du Phenomène Stalinien*. Paris, Grasset
- Fejtő, François
1975 *As Democracias Populares: 1. A Era de Estaline*. Mem Martins, Europa-América.
- Fernandes, Luis
1992 *URSS, Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi.
1994 "Conceitos Fora do Lugar: Uma Crítica Epistemológica das Principais Teorias Ocidentais sobre os Estados Socialistas do Leste". *Dados*, vol. 37, n.º 2.
- Mathews, Mervyn
1979 *Privilege in the Soviet Union*. Londres, George Allen & Unwin.
- Revunenkov, V. G.
1961 *História dos Tempos Atuais (1917/1957)*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Yanowitch, Murray
1977 *Social and Economic Inequality in the Soviet Union*. White Plains, M. E. Sharpe.